

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**ANTONIO MARCOS DE LIMA**

**O FIM DA REVISTA VEXATÓRIA E A APLICAÇÃO DA REVISTA HUMANIZADA**  
**NA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO**

**2016**

**ANTONIO MARCOS DE LIMA**

**O FIM DA REVISTA VEXATÓRIA E A APLICAÇÃO DA REVISTA HUMANIZADA  
NA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles –Cacoal, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborado sob a orientação da Professora Mestra Ozana Rodrigues Boritza.

**CACOAL – RO**

**2016**

L732f      Lima, Antonio Marcos de.  
O fim da revista vexatória e a aplicação da revista humanizada na casa de detenção do município de Cacoal/ Antonio Marcos de Lima– Cacoal/RO: UNIR, 2016.  
57 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Profa. M.<sup>a</sup> Ozana Rodrigues Boritza.

1. Direito penal. 2. Revista humanizada. 3. Revista vexatória. I. Boritza, Ozana Rodrigues. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 343



**O FIM DA REVISTA VEXATÓRIA E A APLICAÇÃO DA REVISTA HUMANIZADA  
NA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO**

**ANTÔNIO MARCOS DE LIMA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção de grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professora Mestre Daeane Zulian Dorst - UNIR – Presidente

---

Professor Especialista Antônio Paulo dos Santos Filho – UNIR – 1º Membro

---

Professor Especialista Tiago Barisson de Mello Oliveira – 2º Membro

Conceito: 9,3.

Cacoal-RO, \_\_\_\_ de julho de 2016.

Dedico este trabalho à minha amada mãe, Iraci Nogueira Lima que, de origem humilde, orgulhosamente vê dois dos seus quatro filhos serem detentores do diploma de bacharel em Direito da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Mãe tu és a conselheira dos meus passos, a mais digna mulher dos meus abraços e a dona do mais puro beijo meu, mãe, eu te digo que és enfim a imagem mais perfeita do que sou.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me escolhido entre muitos que, assim como eu, tiveram uma infância humilde e ter me levado à Universidade Federal de Rondônia para cursar Direito, que sempre foi o meu sonho de criança, mais que diante das dificuldades, por vezes pensei que nunca aconteceria, mas ele me mostrou que esta no controle de todas as coisas e que eu sou um escolhido para ser vitorioso pra honra e glória do seu santo nome.

Agradeço a minha mãe, Iraci Nogueira Lima, pelas palavras que, a cada momento, me davam forças para trilhar esta tão cansativa jornada.

À minha filha Mariana Rocha de Lima que mesmo sem saber o que acontecia ,quando me via ao computador, dizia papai o que você está fazendo? Minha resposta era clara, papai está estudando. Uma resposta que me enchia de vontade de seguir até o fim do curso.

Ao meu filho Pablo Henrique de Souza Lima que, soube entender quando deixávamos o futebol de sábado à tarde pelo motivo de seu pai ter que cumprir algumas matérias que eram ministradas nesses horários.

À minha filha Maria Vitória da Silva Lima que, inocentemente participou de meus estudos quando subia na cadeira e alcançava o meu pescoço. Vic sua inocência me cativa.

Aos colegas de curso que muitas vezes me ajudaram com os conteúdos das disciplinas, em especial ao canto esquerdo da sala, pois permanecemos unidos desde o início ate o termino do curso.

Aos professores do departamento do curso de Direito por compartilharem comigo um pouco de seus vastos conhecimentos, em especial agradeço a minha orientadora, professora mestre Ozana Rodrigues Boritza, pelo carinho e dedicação com que me atendeu durante as orientações.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por intento a verificação da aplicação da revista humanizada na Casa de Detenção do Município de Cacoal, bem como o respeito aos princípios fundamentais que a mesma concede aos visitantes que adentram esta unidade prisional. A pesquisa teve como base a Lei das Execuções Penais (LEP), A Constituição da Republica Federativa do Brasil, a Resolução de numero 05 de 28 de agosto de 2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), a Recomendação do juiz corregedor dos presídios da comarca de Cacoal Ivens dos Reis Fernandes de 27 de Abril de 2015 oficio numero 033/15/GAB. A investigação se deu por meio do método dedutivo, com pesquisa na doutrina, artigos e publicações da internet, bem como informações obtidas pela pesquisa de campo. Enfoca a revista vexatória e a revista humanizada traçando considerações sobre o fim da primeira e a aplicação da ultima. Nos dados colhidos durante a pesquisa deste trabalho buscou-se demonstrar que o governo não cumpre o papel de fornecer equipamentos mecânicos querendo transferir para os visitantes o sofrimento desnecessário que era causado pela antiga revista vexatória. A revista humanizada é o mínimo que pode ser feito em favor dos visitantes, haja vista o principio da intranscendência da pena e a Casa de Detenção do Município de Cacoal não oferecer condições mínimas para realizar revistas em visitantes tanto em crianças mulheres ou homens.

**Palavras chave:** visitantes, Casa de Detenção do Município de Cacoal, princípio da intranscendência da pena, revista vexatória, revista humanizada.



## **ABSTRACT**

The present work aims to verify the application of humanization dispositions when it comes to police search in the Detention House of Cacoal, as well as the respect to the fundamental principles that are guaranteed to the visitors that come to the unit. The research was based on the Penal Execution Law, the Constitution of the Federative Republic of Brazil, the Resolution number 05 of August 28<sup>th</sup>, 2014, from the National Counsel of Criminal and Prison-related politics, the Recommendation from the judge responsible for the jail system in Cacoal, Ivens dos Reis Fernandes, April 27<sup>th</sup>, 2015, number 033/15/GAB. The investigation was done through the deductive method partnered with researches on doctrines, articles and Internet publications, as well as information collected during field work.

It focus on the humiliating police search and the humanized police search, tracing considerations on how to end the first one and apply the latter. Accordingly to the data collected, it is observed that the government does not fulfill its duty of supplying the units with the necessary mechanical equipment, bringing upon the visitors the humiliation of an embarrassing police search. The humanized police search is the least to be done in behalf of the visitors, based on the principle of penalty being applied only to the responsible one, and the fact that the Detention House of Cacoal does not offer minimal conditions to perform police searches in children, women or men.

**Keywords:** visitors, Detention House of Cacoal, the principle of penalty being only applied to the responsible one, body cavity search, humanized baby search.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

**GRÁFICO 01-** Pessoas Privadas de Liberdade Por Natureza de Prisão e Tipo de Regime.....34

**GRÁFICO 02-** Apreensão de Objetos Ilícitos na Casa de Detenção do Município de Cacoal.....49

## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA 01** – Número de Presos no Brasil Entre os Anos de 2010 e 2014.....33

**TABELA 02** – População Prisional e Déficit de Vagas no Sistema Carcerário Nacional.....35

**TABELA 03** – População Prisional e Déficit de Vagas no Sistema Carcerário no Município de Cacoal-RO - Comparativo Entre os Anos de 2011 a 2015 .....48

## **LISTA DE SIGLAS**

**LEP** -LEI DAS EXECUÇÕES PENAIS

**CP** - CODIGO PENAL

**SEJUS** - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

**CPP**-CODIGO DE PROCESSO PENAL

**ONU**- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

**CNMP**- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PENA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.....</b>	<b>15</b>
1.1EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PENA.....	15
1.2 A PENA DE PRISÃO E O SURGIMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.....	20
1.3DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	23
1.4DIREITO PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....	24
1.5DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....	27
 <b>2 DO RETROCESSO NO CUMPRIMENTO DA PENA DE PRISÃO NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DA REVISTA VEXATÓRIA COMO FORMA DE CONTROLE DE SEGURANÇA.....</b>	 <b>33</b>
2.1 CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL.....	33
2.2 REVISTA VEXATÓRIA NO SISTEMA CARCERÁRIO, SEGURANÇAPÚBLICA OU ABUSO DE PODER ESTATAL? .....	35
<b>2.2.1 REVISTA VEXATÓRIA.....</b>	<b>36</b>
<b>2.2.2NATUREZA JURÍDICA DA REVISTA VEXATÓRIA.....</b>	<b>37</b>
2.3REVISTA VEXATÓRIA X REVISTA HUMANIZADA.....	38
2.4O FIM DA REVISTA VEXATÓRIA NA GESTAO PENITENCIÁRIA.....	40
 <b>3 TRANSIÇÃO DA REVISTA VEXATÓRIA PARA A REVISTA HUMANIZADA NA CASA DE DETENÇÃO DE CACOAL.....</b>	 <b>43</b>
3.1 CASA DE DETENÇÃO DE CACOAL.....	43
3.2REVISTA VEXATÓRIA NA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL.....	46
3.3 REVISTA HUMANIZADA NA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL.....	47
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>49</b>
 <b>APÊNDICE.....</b>	 <b>.....</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>64</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar o fim da revista vexatória e a aplicação da revista humanizada na Casa de Detenção do Município de Cacoal/RO, com intuito de verificar se a referida mudança trouxe algum tipo de comprometimento à segurança dos servidores da instituição, aos próprios detentos ou mesmo aos familiares que passam pelo procedimento da revista.

O Brasil, como participante dos principais tratados internacionais, especialmente daqueles atinentes a proteção e defesa dos direitos humanos, pacificou, na Constituição cidadã de 1988, sua repudia a toda e qualquer forma de violação aos direitos do homem, comprometendo-se de forma inegável a imprimir esforços à concretização das muitas mudanças necessárias ao ordenamento brasileiro para que se adeque minimamente ao ideal de sociedade justa.

Não obstante ser incontestável que o Estado brasileiro encontra-se muito aquém do alcance dos objetivos firmados na constituinte de 1988, várias mudanças atinentes as efetividades de proteção aos cidadãos são facilmente perceptíveis no ordenamento jurídico pátrio, inclusive na seara penal, na qual, por um longo período, ignorou-se quase que por completo todos os princípios constitucionais protetivos.

Todavia, o Estado brasileiro assim como a maioria dos países, em especial os países em desenvolvimento, enfrentam um grande desafio que é o aumento significativo da criminalidade e, conseqüentemente, da população carcerária.

Os princípios gerais do direito, em especial o princípio da dignidade da pessoa humana, tem levado o legislador penal a buscar formas menos agressivas de cumprimento de penas, tendo em vista que o Estado, gestor por excelência de toda estrutura prisional nacional, não tem cumprido seu dever essencial de garantir aos apenados os direitos que lhe são

próprios em face de serem nacionais e de não perderem essa qualidade pela prática de ilícitos culpáveis, nem mesmo após a sentença penal condenatória transitada em julgado.

Não se desconsidera que há uma falta de políticas de prevenção à criminalidade e de aperfeiçoamento da reinserção social das pessoas encarceradas, o que faz com que a segurança pública seja alvo de discussões pelo Estado e pela sociedade, sendo esta última a principal vítima de um sistema penitenciário que abriga um excessivo número de pessoas em um ambiente de tensão constante, que dificilmente cumpre com o seu esperado papel de ressocializar.

Uma forma de ressocialização é o direito de visita que o apenado tem garantido pela Lei das Execuções Penais, Lei 7.210/84, que tem como objetivo principal o fortalecimento dos laços familiares. Algumas pessoas, entretanto, veem nessa visita uma oportunidade de se beneficiar e garantir um dinheiro rápido por meio de práticas criminosas, nas quais, burlando a segurança do estabelecimento prisional, dão acesso ao detento a substâncias entorpecentes de uso proibido, aparelhos celulares e até armas. Outras, muitas vezes são coagidas a cometer esse tipo de crime para garantir a integridade física de seu familiar que esta cumprindo pena.

O Estado, diante de tal situação, e, alegando ser uma medida de segurança necessária, acaba por implantar no sistema carcerário o sistema de revista pessoal pela qual deve passar todos aqueles que desejem visitar seus familiares nos presídios nacionais. Contudo, em que pese ser necessária a adoção de medidas que garantam a segurança dentro do cárcere, não se justifica a total desconsideração dos princípios constitucionais que garantem a dignidade da pessoa humana e que por óbvio são violados pelo exercício da revista pessoal vexatória, tendo em vista que ela viola a intimidade do visitante, expondo-o ao ridículo de se despirem na presença de agentes públicos com os quais não tem nenhum tipo de relação de intimidade.

Destarte, diante deste cenário, evidencia-se a relevância de se abordar a revista humanizada em detrimento da revista vexatória como parte efetiva do processo ressocializador, principal objetivo da lei das execuções penais, que tem como corolário os princípios constitucionais da pena.

O presente estudo é necessário para a compreensão dos estudantes e operadores do direito, bem como da sociedade, acerca da realidade vivenciada pelos familiares dos detentos que adentram os presídios para exercer seu direito legal de visitar seus entes queridos, bem como a aplicação das revistas, seus métodos e técnicas, aparelhos utilizados e o olhar humano treinado pela experiência cotidiana no combate a entrada de materiais ilícitos na unidade

prisional, em especial no que tange a transição da retrograda revista vexatória para a constitucional revista humanizada.

Para a compreensão da importância de se retirar do ordenamento pátrio a Revista Vexatória, faz-se necessário o entendimento da própria pena, o que significa, como surgiu, porque penalizar, bem como, entender o sistema penitenciário, seu surgimento e evolução histórica do Direito Penal no cenário nacional, do Direito Penitenciário e da insuficiência do Estado em subsidiar os direitos daqueles que se veem no pólo passivo da relação jurídica como condenado a pena de prisão.

Portanto, o que se tem em apreciação nesta pesquisa é a análise da transição da antiga revista vexatória para a atual revista humanizada que está sendo aplicada na Casa de Detenção do município de Cacoal, e se esta contribui com a entrada de objetos ilícitos na unidade prisional, e o seu comprometimento na segurança dos apenados, e também dos servidores e dos visitantes da Casa de Detenção do município de Cacoal Estado de Rondônia.



# 1 DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PENA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

## 1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PENA

No processo penal há a previsão de várias formas de sanção penal. No presente estudo, encontra-se a análise da pena de prisão, dado o enfoque do trabalho, e, para tanto, faz-se necessário uma breve análise histórica da pena.

Desde sua origem o homem reconheceu sua vulnerabilidade ante as intempéries da natureza, bem como diante de outros animais que lhe são superiores em força física, e, na busca por segurança e fortalecimento de sua espécie, viu no agrupamento com seus pares a melhor forma de superar os obstáculos a perpetuação de sua raça. Após longo período de vida nômade, aprendeu a dominar o fogo e técnicas de cultivo de agricultura, aderindo a moradias fixas habitadas por grandes grupamentos chamados clãs, tribos e posteriormente famílias.

Das relações entre os humanos, não tardou a ocorrência dos conflitos, inerentes ao convívio, e surgiu naquele contexto à necessidade do estabelecimento de regras de controle social que, nos dizeres de Teixeira (2008, p. 20), sobre conflitos da coexistência:

Surgia a necessidade de regras que permitissem uma razoável ordem social, sendo, portanto, presumível que as primeiras leis da humanidade foram aquelas de cunho notadamente penal, consistentes em determinar as condutas proibidas e impor punições aos transgressores, permitindo-se então, o controle e o equilíbrio entre os membros de um mesmo grupo ou de grupos rivais.

A primeira manifestação da cultura jurídica na sociedade primitiva foi a chamada vingança coletiva, que consistia em castigos ou benefícios dados por seres sobrenaturais aos homens que agissem ou não de acordo com as regras sociais da época, pois não sabendo explicar fenômenos da natureza tais como os raios, relâmpagos, terremotos, longos períodos de seca, etc. atribuíam-lhes a seres sobrenaturais e materializavam sua identidade em seres ocultos que eram representados por *totens*. Era chamada de vingança coletiva porque os castigos da natureza sobreviviam sobre toda a coletividade.

Assim, a pena surgiu no contexto histórico como um fenômeno cultural, sociológico e jurídico que tem por essência o caráter punitivo e o objetivo primordial de evitar comportamentos contrários ao desejado pelo clã e como expressão do instinto de sobrevivência humana, pois, utilizando-se das formas primitivas de que dispunha, reagia a

cada vez que se via agredido ou ameaçado. Diz-se, portanto que a história da pena é concomitante a história da própria sociedade (FERRI, 1998).

Nos dizeres de Noronha (1997, p. 20) os historiadores consideram várias fases da pena:

A vingança privada, a vingança divina, a vingança pública e o período humanitário. Todavia, deve advertir-se que esses períodos não se sucedem integralmente, ou melhor, advindo um, nem por isso o outro desaparece logo, ocorrendo, então, a existência concomitante dos princípios característicos de cada um: uma fase penetra a outra, e, durante tempos, esta ainda permanece a seu lado.

Observa-se que a pena não guardava qualquer relação de proporcionalidade entre a conduta infratora e sanção imposta ao infrator, contendo somente cunho repressivo. As fases denominadas vingança privada, vingança divina e vingança pública, formaram o chamado período consuetudinário ou de reparação.

A vingança privada tratava-se de revidar a agressão contra o indivíduo agressor, que, a priori, se dava apenas por parte do agredido, e, posteriormente, de seu grupo, até que em um terceiro momento, toda a coletividade se levantou contra os agressores, tendo início de fato ao sistema de vingança privada, que em certos casos poderia atingir não apenas o ofensor mas todo seu grupo.

Impunha-se, portanto contra o agressor o castigo que se quisesse dar, reinando a lei do mais forte que se dava por meio da chamada “vingança de sangue” que não raro era responsável pelo extermínio de todo um grupo, posto tratar-se de verdadeira guerra entre grupos rivais (TEIXEIRA, 2008).

É nesse período também que surgiram as leis de Talião, seguidas por várias ordenações, sendo o Código de Hamurabi da Babilônia, (séc. XVIII a. C) o maior exemplo dessa codificação conhecida como Lei de Retaliação, na qual imperava o instituto da vingança onde se retribuía o mal causado por um mal idêntico, período em que se eternizou a famosa frase “olho por olho, dente por dente”.

No período conhecido como da vingança divina, preleciona Noronha (1997, p. 23) que:

Vingança divina: já existe um poder social capaz de impor aos homens normas de conduta e castigo. O princípio que domina a repressão é a satisfação da divindade, ofendida pelo crime. Pune-se com rigor, antes com notória crueldade, pois o castigo deve estar em relação com a grandeza do Deus ofendido. É o direito religioso, teocrático e sacerdotal.

Revestido de caráter religioso, os códigos que adotaram a vingança divina dividiam as sociedades em castas que estabeleciam valores as pessoas separando-as entre as que muito valiam e as que não tinham nenhum valor. Foi muito adotado pelas culturas do Oriente antigo como a Babilônia e a Índia, nos quais, dado seu caráter teocrático, era interpretado pelos sacerdotes.

Dada a evolução da sociedade e do próprio direito, o Estado retira do poder do cidadão comum o direito de punição privada e surge nesse contexto a chamada Vingança Pública, pela qual o Estado assumi com exclusividade o direito de punir, apesar de que, a pena não perdeu em todo seu caráter religioso nesse período afirmando que o príncipe ou soberano eram representantes pessoais da divindade. A Vingança Pública buscava por excelência a proteção destes. As penas aplicadas nesse período eram extremamente cruéis, indo desde penas capitais, mutilações e exposição de vísceras, sendo na maior parte das vezes aplicadas em público.

A aplicação das penas em praça pública era utilizada como forma de desestímulo aos súditos que porventura desejassem se incidir contra o poder do soberano, posto que estes vissem na Vingança Pública, mais do que um castigo pela prática de ilícitos, uma forma de demonstração de poder (TEIXEIRA, 2008).

Foi nas origens do direito antigo (grego, romano, germânico e canônico) que ocorreu a transposição da responsabilidade penal objetiva e coletiva para a responsabilidade subjetiva e pessoal e a retirada do caráter religioso do direito penal.

Conforme entendimento de Teixeira (2008, p. 36):

No contexto histórico das sociedades greco-romanas, a rigidez estrutural da família e os cultos dedicados aos diversos deuses delineavam as principais características dessas sociedades antigas, fundamentadas na dedicação da crença politeística e no poder absoluto da autoridade paternalista. A rigidez social se mostrava inflexível no tratamento destinado aos infratores que cometessem atos considerados possíveis atentados aos interesses do grupo social. Os romanos foram grandes difusores e arquitetos do que viriam a serem os fundamentos do direito penal nas épocas mais tardias das civilizações ocidentais.

Os gregos, Platão, Aristóteles e Sócrates foram os precursores das reflexões do direito de punir, preocupando-se sobremaneira com as questões éticas, que concebia o direito como necessidade e a obediência as leis, escritas ou não, uma prática a ser seguida, valorando-se a conduta humana para a imposição da responsabilidade penal.

Já em Roma houve a separação da conduta criminosa em atos contra a segurança do Império (*crimina pública*) que por tratar-se de ofensa contra o Estado eram julgados por este e

culminava normalmente em penas de deportação ou até de morte e crimes privados (*delicta privata*) eram julgados pela justiça civil que aplicava, já nessa fase, a composição civil entre as partes.

O *Corpus Juris Canonici* do Direito Penal Canônico considerava o crime como pecado e continha caráter eminentemente disciplinar. Segundo Teixeira (2008, p. 29):

O Direito Canônico contribuiu consideravelmente para o surgimento da prisão moderna, especialmente no que se refere às primeiras ideias sobre a reforma do delinquente na penitenciária ou penitenciário. Utilizou-se a prisão como pena-fim, diferentemente do que funcionava até então, quando a prisão servia apenas para custodiar o acusado ou condenado antes de cumprir sua pena, invariavelmente castigo corporal ou morte...solidificando-se de forma definitiva, no direito secular, a individualização da pena, conforme o caráter e temperamento do réu.

Neste prisma, já se antevia o período humanístico pelo notável interesse dos filósofos em se compreender e explicar a origem e as consequências das penas. Não obstante ainda houvesse a predominância da vingança pública, com notável preocupação com a defesa dos monarcas e das “classes superiores”, a crueldade das penas aplicadas em processos sigilosos e arbitrários, fundados em leis obscuras, manipuladas pelos interesses dos soberanos e que suprimia quase que por completo os direitos humanos, clamava por mudanças na aplicação do direito de forma a torná-lo mais justo.

O período humanista surge então no chamado Século das Luzes (séc. XVIII), como consequência da valorização da racionalidade e da dignidade humana que muito fora debatido durante todo o período do Renascimento. O Iluminismo teve como precursores os filósofos Voltaire, Montesquieu e Rousseau que combatiam severamente o processo penal da época que não levava em consideração a proporcionalidade na aplicação das penalidades e defendiam a aplicação do princípio da dignidade e a liberdade da pessoa humana, pregando a reforma das leis e da administração da justiça penal.

César Bonesana, o Marquês de Beccaria, inspirado pelos ideais de Rousseau e Montesquieu, publicou a obra *Dei Delitti e Delle Pene* (Dos Delitos e Das Penas), tido até os dias atuais como sinônimo de reação ao tratamento penal degradante que imperava até aquele momento, defendendo a aplicação da sanção penal não apenas como forma de castigo mas principalmente para buscar recuperar o infrator. Beccaria incidiu-se contra a pena de morte e a tortura, defendia a separação da justiça Divina da humana, e também os institutos da presunção de inocência e o princípio da legalidade (NORONHA, 1997).

Estas reflexões levaram, ainda no fim do século XVIII, ao desdobramento de diversas correntes que culminaram no direito penal e processual penal que temos nos dias atuais. As principais correntes, chamadas “Escolas de Pensamento” foram a Clássica, a Positiva e a Moderna Alemã.

A Escola Clássica tinha como principal postulado o princípio da responsabilidade moral que tinha como principal consequência à distinção entre os imputáveis e os inimputáveis e a substituição do livre arbítrio pelo critério da voluntariedade das ações que, considerava o crime como um fenômeno individual e social e a pena era aplicada como forma de defesa social.

Por volta do século XIX teve início o período conhecido como Período Científico ou Criminológico, no qual surgiu a Escola Positiva, que tinha como característica principal a análise dos motivos que levaram o criminoso a delinquir. Para os positivistas, dentre os quais se destacam César Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garofalo, o Direito Penal seria explicado por meio da observação da realidade e para tanto, eles se sucederam em teorias que buscaram explicar o comportamento humano criminoso que deram origem a Antropologia criminal na qual se afirmava que o crime é um fenômeno sujeito a leis naturais (biológica, psicológica e sociais) que podem ser identificadas estudando-se o homem criminoso.

Nas palavras de Teixeira (2008, p. 47):

Lombroso formulou a teoria do criminoso nato. Para ele, certos momentos, por efeito de uma regressão atávica, nascem criminosos, como outro nascem loucos ou doentes, provindo a criminalidade de fatores biológicos. Ele caracterizou o criminoso nato por uma cabeça *sui generis*, com pronunciada assimetria craniana, fronte baixa e fugidia, orelhas em forma de asa, zigomas, lóbulos occipitais e arcadas superficiais salientes, maxilares proeminentes (prognatismo), face longa e larga, apesar do crânio pequeno, cabelos abundantes, com barba escassa e rosto pálido, asseverando que tais estigmas eram encontrados em proporção muito maiores entre os delinquentes [...] Lombroso ainda atribuía ao criminoso nato particular insensibilidade, não só física (analgesia) e daí o uso intenso de tatuagens, como psíquica (atrofia do senso moral), imprevidência, preguiça, vaidade e impulsividade.

A segunda etapa da Escola Positiva encontrou em Ferri, um novo posicionamento, no qual o sujeito criminoso é responsável por seus atos e que estes são consequência não só dos fatores antropológicos, mas também das condições do meio social em que ele vive.

No ultimo período dessa fase, Rafael Garofalo, por sua obra “Criminologia” assentou o entendimento de que o crime é fruto de um misto de fatores antropológicos, sociais e

jurídicos, afirmando que o delinquente é portador de uma anomalia do sentimento moral (TEIXEIRA, 2008).

A Escola Moderna Alemã considerava o crime como um fato jurídico, devendo o direito penal se orientar para o fim a que se destina. Defendia essa Escola que a pena tem função preventiva geral (para todos) e especial (sobre o delinquente). A Escola Alemã trouxe um grande avanço prático para o Direito Penal que resultou na elaboração de leis necessárias a aplicação das penas a exemplo da medida de segurança, do livramento condicional e do sursis.

No dizer de Noronha (1997, p.40):

Considera o crime um fato jurídico, mas não esquece que também apresenta os aspectos humano e social. Não aceita o criminoso nato de Lombroso, nem a existência de um tipo antropológico de delinquente; porém considera real a influência de causas individuais e externas – físicas e sociais – com predominância das econômicas. A pena, para Liszt e seus seguidores, tem função preventiva geral e especial, aquela advertindo a toda esta quando recai sobre o delinquente. Confere a pena, sem o desprezo de outras providências, papel de relevo.

Mas do que uma Escola foi uma renovação metodológica no sentido de apontar o objetivo real do Direito Penal. As Escolas Técnico-jurídica, Correcionalista e de Defesa Social que sucederam a Escola Alemã aperfeiçoaram os ideais desta, pregando uma nova forma de visão sobre o homem delinquente adotando princípios humanistas que tem como enfoque a dignidade da pessoa humana e a garantia dos direitos sociais e individuais aplicáveis as penas impostas aos delinquentes.

## 1.2 A PENA DE PRISÃO E O SURGIMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A pena de prisão como se conhece hoje é fruto da evolução histórica do próprio Direito Penal, sendo tida como instrumento recente de controle da criminalidade. Como visto anteriormente, a pena de prisão a princípio era apenas uma fase pela qual passava o delinquente até que fosse decidida sua pena final, que em regra era a tortura e morte, como ocorria na Roma antiga ou para obstar a fuga de devedores até que estes pagassem suas dívidas, como visto no sistema Grego.

A prisão, utilizada como meio de cumprimento da própria pena surgiu na Idade Média, instituída a pela Igreja, como nos ensina Teixeira (2008, p. 36):

Foi na Idade Média, por intermédio da igreja, que se inovou ao castigar os monges rebeldes ou infratores, encaminhando-os para locais onde cumpririam penas, conhecidos como "Penitenciários", nos mosteiros ou conventos. Pretendia-se que os monges ou religiosos, submetidos às penitências nos penitenciários, mediante orações e sacrifícios, se reconcilhassem com Deus. Os religiosos eram colocados em celas, derivando daí o nome hoje conhecido como "prisão celular". A prisão passa a ser, então, o local para cumprimento da própria pena, Era o início da prisão como pena-fim.

Com a crise do feudalismo que se instalou na Europa durante o século XVI surgiram as primeiras prisões, que tinham como objetivos segregar e tentar regenerar prostitutas, jovens delinquentes e mendigos que se multiplicaram nesta região aumentando absurdamente o índice de criminalidade. A primeira delas, chamada Casa de Correção, data de 1522 e foi construída em Bridwell, em Londres e serviu de modelo para diversos países da Europa.

O sistema penitenciário, até chegar aos moldes em que o conhecemos na atualidade, passou por várias fases que se desenvolveram principalmente na Europa e nos Estados Unidos com destaque para o Sistema Pensilvânico, Sistema Auburniano, Sistemas Progressivos, Sistema Montesinos, Sistema progressivo Inglês e o Sistema Progressivo Irlandês.

O Sistema Pensilvânico, desenvolvido na Filadélfia, Estado da Pensilvânia, tratava-se de confinamento solitário constante do delinquente preso que ficava recolhido a uma cela vazia e sem receber qualquer tipo de atenção e por isso foi chamado de "morte em vida" tamanha a crueldade do tratamento dados aos detentos sendo por esse motivo duramente criticada pelos estudiosos da época e que o fizeram sucumbir as pressões para mudanças.

O Sistema Auburniano, desenvolvido na penitenciária de Auburn, em Nova Iorque, adotava o sistema do silêncio, pelo qual o sujeito preso ficava isolado apenas no período noturno e durante o dia podia conviver com os demais presos e era inserido em um trabalho dentro de oficinas na própria prisão, entretanto eles não podiam conversar, sob pena de duros castigos físicos, sendo esses dois fatores justamente o que levou a queda desse Sistema.

Sobre o Sistema Auburniano ensina Bitencourt (1999, p. 355):

Uma das causas do fracasso foi pressão das associações sindicais que se opuseram ao desenvolvimento de um trabalho penitenciário. A produção nas prisões representava trabalho livre, Esse fator originou a oposição dos sindicatos ao trabalho produtivo que pretendia impulsionar o sistema do silêncio. Outro aspecto negativo do sistema – uma de suas características- foi o rigoroso regime disciplinar aplicado [...]. Tradicionalmente se criticou no sistema auburniano, a aplicação de castigos cruéis e excessivos, Esses castigos refletem a exacerbação do desejo de impor controle estrito, uma obediência irreflexiva.

O Sistema Auburniano teve seu fim por volta do século XIX concomitantemente ao fim da pena de morte no passo em que se desenvolvia o Sistema Progressivo que teve com principal característica a busca pela reintegração social do egrégio ao fim do cumprimento da pena, o que se fazia por meio do estabelecimento de progressões de regime de cumprimento de pena em função do bom comportamento do apenado.

Já o Sistema Montesinos surgiu na Espanha e pregava a função ressocializadora da pena, propondo um sistema baseado em quatro fundamentos – tratamento humanitário, trabalho remunerado, ausência de castigos corporais e apresentação das regras orientadoras da execução – fundamentos esses que deram origem as leis de execuções penais vigentes hoje.

O Sistema Progressivo Alemão data de 1840. Criado na Ilha de Norfolk, na Austrália, para esse sistema a Inglaterra mandava seus criminosos mais perigosos e de difícil recuperação moral. Neste sistema, o cumprimento da pena de prisão se dividia em três fases, sendo que, na primeira o criminoso era submetido ao encarceramento absoluto diuturnamente; na segunda fase ele progredia para um sistema menos rígido, no qual, poderia trabalhar durante o dia, porém submetido ao sistema do silêncio; e, na terceira fase o apenado que contasse com bom comportamento e apresentasse disposição para o trabalho na segunda fase, recebia o *ticket of leave* que lhe dava permissão para o livramento condicional que lhe dava uma liberdade vinculada a certos limites impostos pelo Estado, muito semelhante ao que se tem nos dias atuais, e ao final, caso não houvesse falhas, recebia a liberdade definitiva.

O Sistema Progressivo Irlandês se desenvolveu na Irlanda entre 1854 e 1864 e foi o mais difundido em todo o mundo. O Sistema Irlandês foi uma adaptação ao Sistema Progressivo Inglês, engajado por Walter Crofton, diretor das penitenciárias da Irlanda nesse período.

Leciona Bitencourt (1999, p. 362) que:

Conhecendo o Sistema Inglês, ao ser encarregado de inspecionar as prisões irlandesas, em 1854, Crofton, querendo preparar o recluso para seu regresso à sociedade, introduziu “uma ideia original que foi o estabelecimento de prisões intermediárias. Na realidade, tratava-se de um período intermediário entre as prisões e a liberdade condicional, considerada como um meio de prova da aptidão do apenado para a vida em liberdade.

Esse sistema foi introduzido entre a segunda e a terceira fase da pena, esta era o envio do criminoso para prisões agrícolas que tinham regime prisional mais brando onde era permitido o diálogo e o trabalho semelhante ao que se chama de regime semiaberto nos dias atuais.



### 1.3 DIREITO PENAL BRASILEIRO

Desde que fora descoberto pelos portugueses em 1500, aplicou-se no Brasil as ordenações do Reino. Vigeram no país as Ordenações Afonsinas entre 1446 e 1514 quando foram substituídas pelas Ordenações Manuelinas, que vigeram até 1603 sendo revogada pelas Ordenações Filipinas que vigoraram até 1830.

A legislação trazida pelas Ordenações tinha um ponto em comum, qual seja a aplicação de penas extremamente cruéis, dentre as mais severas a pena de morte, que, a depender do crime cometido pelo sujeito poderia variar de nível, ou seja, ia desde a morte natural (morte na forca), morte cruenta (morte pela forca, mas antecedida de tortura física) e a temida morte para sempre (corpo do condenado ficava suspenso, putrificando-se).

Para Teixeira (2008, p. 46):

As Ordenações representavam verdadeiro retrocesso á evolução da idéia de pena, dando ênfase á exorbitância da pena e a sua severidade, alcançando com ferocidade fatos insignificantes, tratando com desigualdade os vários agentes do delito, privilegiando os nascidos na nobreza. Além disso, havia perigosa confusão entre o Direito, a Moral e a Religião, punindo-se hereges, apóstatas, feiticeiros, blasfemos, benzedores de cães, sodomia, o infiel que dormisse com uma cristã ou o cristão que dormisse com infiel, o homem que se vestia com trajes de mulher ou vice-versa etc.

Mesmo com a promulgação da independência do Brasil em 1822 as Ordenações Filipinas continuaram a vigor até 1830 quando foi sancionado por Dom Pedro I o Código Criminal do Brasil, chamado Código do Império que trazia em seu bojo a previsão de pena de prisão simples e prisão com trabalhos forçados, degredo, banimento, desterro, multa, suspensão de direitos e, mantinha a morte pela forca aplicável aos crimes de insurreição de escravos, homicídio agravado e roubo com morte.

O segundo Código Penal Brasileiro entrou em vigor em 20.09.1890 e foi elaborado pelo Professor João Baptista Pereira a pedido do então Ministro da Justiça, Campo Sales, durante o governo de Marechal Deodoro da Fonseca. O Código foi fruto dos avanços políticos e jurídicos pelos quais o país havia passado, dentre os quais a abolição da escravatura e a proclamação da República. Entretanto o Código veio com uma forte inclinação clássica, o que fugia do perfil positivista do período sendo alvo de críticas e em consequência, houve a

edição de várias leis extravagantes que acabavam por dificultar a interpretação sendo necessário a edição do Decreto 22.213, de 14/12/1932 para consolidar a legislação penal.

Em 1940 foi promulgado o Código Penal Brasileiro que se encontra em vigor até os dias presentes. Em 1969 Nelson Hungria, então Ministro promulgou um novo código, que, no entanto foi revogado menos de dez anos depois.

Já em 1984 a parte geral do Código foi totalmente reformada, sendo introduzido um novo e moderno sistema de cumprimento de pena, que adota a progressão de regimes, a possibilidade de regressão e a instituição das chamadas penas alternativas (TEIXEIRA, 2008).

Outro grande passo legislativo na história do direito penal brasileiro foi a edição da Lei 7.210 de 11/06/1984 (Lei de Execuções Penais- LEP). A LEP, como ficou conhecida, reformulou a execução penal estabelecendo direitos e deveres do apenado e também do Estado executor da medida. Entretanto, o cumprimento dos preceitos legais trazidos pela Lei de Execução Penal ainda encontra-se muito distante da realidade do sistema penal brasileiro, conforme será exposto adiante.

#### 1.4 DIREITO PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

O Direito Penitenciário foi debatido pela primeira vez no Congresso Internacional que aconteceu em Londres na Inglaterra no ano de 1872. Neste Congresso foram discutidos temas dos mais importantes tais quais o regime disciplinar nas prisões e ele deu origem a Comissão Internacional Permanente que mais adiante se tornaria a Comissão Penitenciária Internacional e que foi posteriormente transformada na Comissão Penal e Penitenciária que foi extinta em 1951 quando transferiu suas atribuições para a Organização da Nações Unidas (ONU).

Sobre a Fundação Internacional Penal e Penitenciária-Teixeira (2008, p. 49) relata:

Em Julho de 1929, foi criada a Fundação Internacional Penal e Penitenciária - FIPP, pela Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU – com objetivo de promover estudos, implementar pesquisas, produzir diagnósticos, elaborar pareceres técnicos, apoiar programas institucionais e recomendar financiamentos de organismos e entidades internacionais, visando a execução de projetos essenciais ao aprimoramento das políticas de segurança pública, prevenção diagnóstica do crime, inclusão social dos delinquentes condenados ao aprisionamento ou cumprimento de penas alternativas, conforme orientações ditadas pelas normas, princípios e resoluções da ONU.

Percebe-se que a preocupação da ONU e dos demais organismos envolvidos na criação dos institutos internacionais que tem como foco o sistema penitenciário sempre foi o de estudar a organização das prisões, dos regimes disciplinares, dos direitos e deveres do preso, das regras mínimas para a prisão, das penas aplicáveis e também a arquitetura prisional tendo em vista o histórico dos mais diversos sistemas penais e foram implantadas penas cruéis, desproporcionais com o crime cometido, sem falar no absoluto descaso com a pessoa do prisioneiro que era jogado em calabouços escuros e frios, sem ventilação, alimentando-se de forma insuficiente, ou seja, apesar de o Direito Penitenciário ser uma ciência nova no campo jurídico, ela já nasceu com foco certo, qual seja a busca pela "pena justa". O direito a remuneração pelo trabalho do preso e a indenização por acidente de trabalho foram exemplos da evolução do direito penitenciário durante a década de 1890.

Durante os Congressos internacionais realizados pela ONU sobre a prevenção do delito e o tratamento ao delinquente vários documentos garantidores dos direitos da pessoa do condenado foram produzidos, porém destaca-se entre eles a chamada "Regras Mínimas para o Tratamento do Preso".

Segundo Leal (1995, p. 45):

Desde 1955, passaram a ser quinquenais os congressos da ONU sobre prevenção do delito e tratamento do delinquente. Foi nesse ano de 1955, no Congresso de Genebra, na Suíça, que se redigiu um documento que representou um marco na ciência penitenciária, que é o mais importante documento produzido na área penitenciária, conhecido como "Regras Mínimas para Tratamento do Preso", finalmente aprovado em 31.07.1957, pelo Conselho Econômico e Social da ONU, através da Resolução 663 C (XXIV).

As Regras Mínimas para Tratamento do Preso deixam estabelecidas a necessidade do aprofundamento do estudo quanto a personalidade do detento, que leva a consequente individualização do tratamento dispensado a ele. As Regras consolidaram também a vedação da utilização de critérios discriminatórios como a cor e religião para justificar a separação dos presos nas celas e traça ainda orientações sobre questões de higiene pessoal, espaço físico utilizado como cárcere, a vedação as punições degradantes e desumanas e ainda proíbe o *bis in idem* (punir o mesmo sujeito duas vezes pelo mesmo crime).

O Pacto de São José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil em 25.09.1992, reconheceu direitos essenciais da pessoa humana, garantindo, entre outros direitos, que as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados, que ninguém deve ser submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis,

desumanos ou degradantes, que toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano e que a pena não pode passar da pessoa do delinquente.

Já em 1990, durante o 8º Congresso da ONU, realizado em Tóquio, no Japão, através da resolução 45/110 foram aprovadas as Regras de Tóquio, que tinham por fundamento as disposições dos itens 1.1 e 1.2, *in verbis*:

As presentes Regras têm por objetivo promover uma maior participação da comunidade na administração da Justiça Penal e, muito especialmente, no tratamento do delinquente, bem como estimular entre os delinquentes o senso de responsabilidade em relação à sociedade.

As Regras de Tóquio buscam basicamente a substituição de penas privativas de liberdade por medidas menos gravosas que não privem a liberdade do delinquente e uma maior inserção da sociedade na administração da justiça com consequente facilitação para o egresso na sociedade, de forma a despertar nele o a responsabilidade social que todos são chamados a ter.

No Brasil, a primeira legislação a tratar do tema foi a Lei 3.274 de 1957. A Lei 3.274 dispunha justamente sobre as Normas Gerais de Regime Penitenciário no Brasil. Esta Lei foi revogada em 11.07.1984 quando passou a vigor a Lei 7.210, chamada de Lei das Execuções Penais (LEP) que se encontra ainda em vigor e que é considerada asseguradora. (TEIXEIRA, 2008).

Apesar das Varias benesses introduzidas ratificadas e outras introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro por meio da LEP, a implantação dos benefícios ainda caminha a passos lentos, principalmente no que tange aos direitos do apenado, em especial no que se refere a execução penal.

Em 1994 a Resolução nº 14 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária fixou a Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil, que, nas palavras de Teixeira (2008, p. 52):

[...] as Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Brasil, apresentando, com clareza, o repertório das normas que constituem a imprescindível disciplina das ações no relacionamento do Estado com o homem preso, condenado ou provisório, nos domínios da execução penal.

O preso tem direitos e deveres impostos pela lei 7.210 de 1984 e o mínimo que o Estado pode oferecer ao apenado é que seus direitos sejam cumpridos, pois o objetivo da pena

é ressocializar o apenado para seu retorno a sociedade não impor a este tortura nem tratamento desumano e degradante.

### 1.5 DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Desde os tempos mais remotos da evolução social do homem, foram estabelecidas normas de conduta com objetivo de manter a organização do convívio humano, o que levou ao desenvolvimento de sanções que, a princípio, serviam unicamente para punir o transgressor das normas e desestimular a prática de infrações por parte dos demais membros da sociedade. Como visto a idéia de pena com fim em si mesmo de punir por meio do segregamento da liberdade surgiu no século XIX aplicada pela Igreja responsável pelo surgimento da pena de prisão aplicada na sociedade contemporânea.

Transcorrido árduo período, nos tempos modernos a pena de prisão não comporta mais o caráter apenas punitivo e esse novo modelo exige do Estado, gestor da pena, não apenas o mero encarceramento do delinquente, mas sim que ele seja “tratado” pelo Estado de forma a garantir sua futura reinserção no seio da sociedade, conforme ensina Teixeira (2008, p. 92):

Antes, com simples preocupação de contenção, o controle do cárcere era tarefa mais fácil entregue ao carcereiro. Hoje, porém, em face das finalidades básicas da pena, em especial às ligadas ao caráter preventivo – geral e especial – e ao caráter ressocializador, adiciona-se maior grau de complexidade à gestão penitenciária, requerendo uma série de novos atores, incluindo-se, além dos agentes penitenciários, médicos, psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, pedagogos, advogados, promotores e juízes.

Sem olvidar dos progressos ocorridos no sistema prisional brasileiro, o Estado não tem se mostrado capaz de por em prática as normas estabelecidas na LEP, o que se percebe facilmente observando os altos índices de reincidência criminal e também as grandes rebeliões ocorridas nas penitenciárias do país em todas as regiões, o que leva a concluir que o Estado não tem atingido os objetivos primordiais da pena que é a punição, ressocialização e reinserção do apenado.

O sistema penitenciário brasileiro em toda sua existência tem demonstrado que a pena privativa de liberdade cumprida no modelo em que se apresenta não ressocializa o preso e também faz criar no senso comum a ideia de que o cárcere no Brasil nada mais é do que uma “faculdade do crime”.

Nesse diapasão, afirma Leal (2001, p. 65):

[...] é de conhecimento geral que a cadeia perverte, deforma, avilta e embrutece. É uma fábrica de reincidência, é uma universidade às avessas, onde se diploma o profissional do crime. A prisão, essa monstruosa opção, perpetua-se ante a impossibilidade da maioria como uma forma ancestral de castigo. Positivamente, jamais se viu alguém sair do cárcere melhor do que quando entrou.

Mesmo diante de tamanha evidência de insucesso da pena privativa de liberdade no modelo brasileiro, esta continua sendo o cerne do sistema penal brasileiro e principal forma de sanção aplicada no país tanto para punir como para “ressocializar” o criminoso adotado pelo Código Penal de 1940 e reafirmado pela Lei de Execuções Penais em 1984.

No Brasil tanto o CP quanto a LEP adotaram o sistema progressivo de cumprimento de pena, pelo qual o preso evolui gradativamente no cumprimento da pena, ou seja, passa do regime mais gravoso ao mais brando conforme atingir os requisitos pré-estabelecidos na lei.

No sistema progressivo o preso que da entrada ao cárcere para cumprimento de pena em regime fechado, atingidas as exigências da legislação, passa ao regime semiaberto, depois ao aberto verificado a possibilidade de livramento condicional.

A variedade de espécies de pena levou também o legislador a prescrever diferentes estabelecimentos penais para cada uma delas sendo a Penitenciária ou a Casa de Detenção recomendada para os condenados ou presos provisórios respectivamente, enquanto que os presos do regime semiaberto devem cumprir pena em Colônias Penais Industriais ou Agrícolas, e para os presos do regime aberto restou estabelecido que cumpram pena em Casas de Albergado e, uma ousadia do legislador, estabeleceu ainda a lei os chamados Patronatos que tem por função acolher os egressos e os albergados, conforme prevê o Artigo 78 da Lei 7.210/1984 .

De acordo com Teixeira (2008, p. 94) a classificação dos sistemas penais dá-se da seguinte forma:

- a) Penitenciárias: previstas no art. 87 da LEP, destinadas ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado;
- b) Colônias: previstas no art. 91 da LEP, podem ser agrícolas, industriais ou similares destinadas ao cumprimento de pena em regime semiaberto;
- c) Casa do Albergado: prevista no art. 93 da LEP, destina-se ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto e da pena restritiva de direitos de limitação de final de semana, caracterizada pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga;
- d) Centro de Observação: previsto no art. 96 da LEP, onde são realizados os exames gerais e o criminológico, cujos resultados são encaminhados à Comissão Técnica de Classificação e servirão de base para indicar o tipo de estabelecimento e o tratamento adequado a ser ministrado a cada preso;

- e) Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: previsto no art. 99 da LEP, destina-se a abrigar os detentos (inimputáveis e semi-imputáveis) que necessitem de tratamento médico-psiquiátrico de internação ou ambulatorial;
- f) Cadeia Pública: prevista no art. 102 da LEP, destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

Apesar de não previstos na LEP de forma expressa, dentro do sistema penal existe também os Presídios (funcionam como estabelecimentos de segurança máxima) e as Casas de Detenção (destinado aos presos provisórios) que na maior parte são de responsabilidade dos Estados, assim como os demais estabelecimentos.

A despeito de estarem os estabelecimentos penais no Brasil sobre a égide de atuação dos Estados membros, é flagrante que a falência do sistema carcerário é uma realidade nacional, salvo raras exceções, a exemplo dos presídios terceirizados, como é o caso do Presídio de Puraquequara, em Manaus, no estado do Amazonas.

Uma das críticas feitas ao sistema penal brasileiro é a superlotação das instituições carcerárias, que, segundo especialistas, se deve ao fato de o Brasil adotar a pena privativa de liberdade como principal mecanismo de combate ao crime, desta forma, afirma Sandro Cabral (2006, p. 15) em sua tese de doutorado:

[...] o legislador idealizou uma condição de encarceramento impossível de implementação prática, sobretudo considerando os limites orçamentários enfrentados pelos governos, chamando a atenção o fato de não se verificarem esforços no sentido de rever tais conteúdos sabidamente utópicos e distantes da realidade econômica do país e, por isso, de improvável implantação.

O quadro abaixo demonstra os exageros na tendência ao encarceramento no sistema brasileiro.

**Tabela nº 1 - Número de presos no Brasil entre os anos de 2010 e 2014**

Ano	População Carcerária	Presos / 100.000 Habitantes
2010	496. 251	259,17
2011	513. 802	269,38
2012	548. 003	287,31
2013	581. 507	297,17
2014	607. 731	300

Fonte – DEPEN/INFOPEN – MJ (2014).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira hoje é estimada em 205.752.752 de habitantes, e de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão do Ministério da Justiça (MJ), a população carcerária em âmbito nacional é de cerca de 607.731 presos o que leva a uma média de 300 presos a cada cem mil habitantes aproximadamente.

Ante os dados alarmantes acima expostos, e sem desconsiderar os avanços processuais que tem levado cada vez mais a aplicação de penas alternativas ao cárcere, é imperioso concluir que ainda há um longo caminho a se percorrer, no sentido de, cientes dos malefícios do cárcere, optar-se por penas que possam de fato contribuir para a ressocialização do apenado, o que não acontece no Brasil onde a pena privativa de liberdade impera no sistema penal, conforme demonstra a figura abaixo.

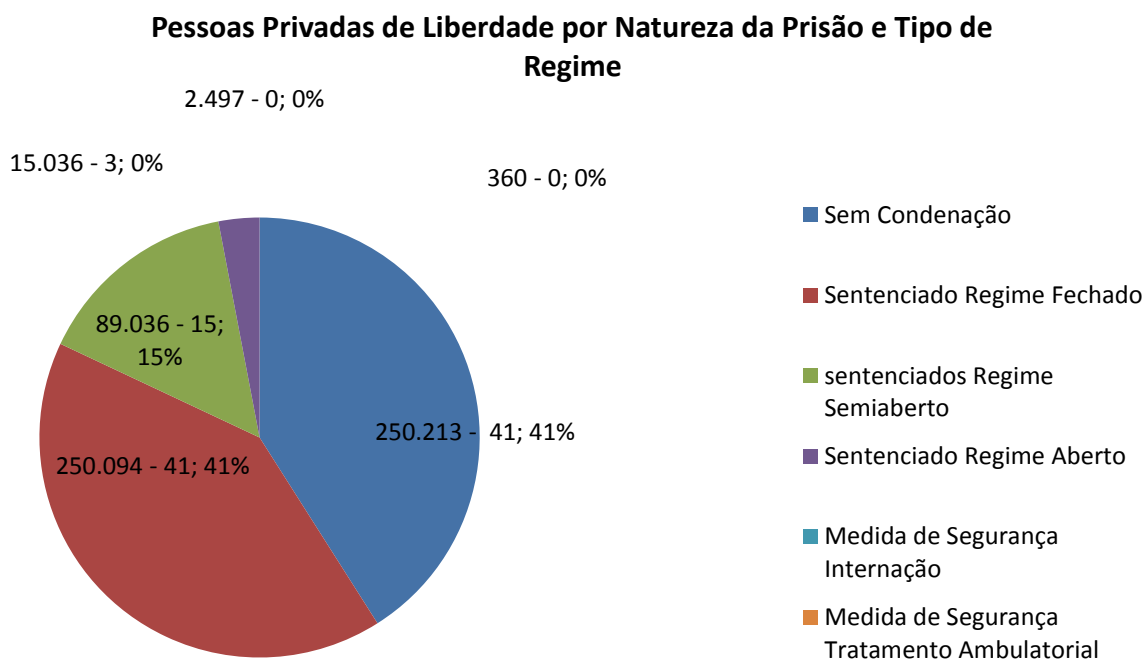


Gráfico nº 1- Fonte – DEPEN/INFOPEN – MJ (2014).

A consequência imediata do alarmante aumento anual dos índices de encarceramento é a superlotação das instituições prisionais destinadas ao acolhimento dos presos, ocasionando uma imensurável crise no Sistema Penitenciário brasileiro.

O déficit de vagas no sistema carcerário nacional, no entanto, não tem impedido o cumprimento da pena de prisão, ou seja, as penitenciárias nacionais transformaram-se em



amontoados de seres humanos que se aglomeram em celas minúsculas e sem a devida estrutura arquitetônica, sem o necessário saneamento básico e fornecimento de água reduzido ao estritamente necessário, como se nota nos dados apresentados no Levantamento Nacional de informações Penitenciárias (INFOPEN – Junho de 2014) apresentado a seguir:

**Tabela nº 2 - População Prisional e Déficit de Vagas no Sistema Carcerário Nacional**

Brasil – 2014	
População Prisional	607.731
Sistema Penitenciário	579.423
Secretarias de Segurança / Carceragens de Delegacias	27.950
Sistema Penitenciário Federal	358
Vagas	376.669
Déficit de Vagas	231.062
Taxa de Ocupação	161 %
Taxa de Aprisionamento	299,7

Fonte – DEPEN/INFOPEN – MJ (2014).

A tabela acima demonstra um panorama geral da população carcerária brasileira e como é possível observar, no primeiro semestre de 2014, o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil ultrapassou a marca dos seiscentos mil. Atualmente, existem cerca de 300 presos para cada cem mil habitantes no país. O número de presos é consideravelmente superior às quase 377 mil vagas do sistema penitenciário, totalizando um déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação média de 161%. Em outras palavras, em um espaço concebido para 10 pessoas, existem 16 indivíduos encarcerados.

Os dados, por si só, sinalizam a gravidade da situação do sistema prisional brasileiro. Entretanto, para uma melhor compreensão desse quadro, é pertinente registrar que, segundo o DEPEN, entre os anos de 2000 e 2014 a taxa de aprisionamento aumentou 119%. Em 2000, havia 137 presos para cada 100 mil habitantes e em 2014 essa taxa chegou a 300 pessoas. Caso mantenha-se nesse ritmo de encarceramento, em 2022, a população prisional do Brasil

ultrapassará a marca de um milhão de indivíduos. Em 2075, uma em cada dez pessoas estarão em situação de privação de liberdade. Esse grande índice fatalmente levará ao colapso do próprio sistema prisional, abrindo caminho para a instabilidade social e da própria ordem pública.

Na atualidade, a ausência do Estado na gestão do Sistema Penitenciário fez com que se abrissem portas para o surgimento de poderes paralelos que se manifestam por meio das facções criminosas no interior das instituições a exemplo do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo e do Comando Vermelho (CV) no Rio de Janeiro.

Diante da dura realidade do Sistema Carcerário nacional, resta ao Estado brasileiro rever o Código Penal e Processual Penal na busca de penas e medidas alternativa a pena de prisão especialmente para os crimes em que não há emprego de violência ou grave ameaça a pessoa e também a composição entre as partes, reservando-se o cárcere somente para as condutas criminosas mais intensas.

## **2 DO RETROCESSO NO CUMPRIMENTO DA PENA DE PRISÃO NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DA REVISTA VEXATÓRIA COMO FORMA DE CONTROLE DE SEGURANÇA**

### **2.1 CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL**

A LEP foi elaborada com o objetivo primordial de estabelecer os regramentos da execução penal por meio de regras e princípios que ao mesmo tempo sirvam para punir, tratar e ressocializar o condenado. A experiência histórica do cumprimento de penas privativas de liberdade fez notar que o aprisionamento por si só, não ressocializa como também piora o espírito do preso de forma a levá-lo não raras vezes ao cometimento de crimes mais graves do que os cometidos antes do primeiro cárcere.

Para que ocorra a verdadeira ressocialização é necessário incutir no apenado novos conceitos e parâmetros sociais antes não presentes nele, modificando seus valores pessoais que terão com consequência óbvia o respeito ao regramento social e valorização do outro.

Apesar de legislação nacional reconhecer e adotar (na letra da Lei) esses conceitos, na prática, tornam-se letra morta, apenas fazendo constar na legislação sem que haja qualquer efetividade dessas regras na execução da pena privativa de liberdade tornando fictícia a ideia de ressocialização.

Conforme exposto acima, o alto índice de reincidência criminal bem como o aumento da criminalidade como um todo transformou os presídios brasileiros em celeiros de homens e mulheres que são amontoados no cárcere em condições precárias, onde são submetidos a condições degradantes que violam a dignidade da pessoa humana. Tal tratamento causa revolta e indignação com o sistema, pois não possuindo a estrutura necessária e não tem condições de cumprir os preceitos básicos da LEP a exemplo da seleção dos presos conforme gravidade do crime cometido (Artigo 5º, LEP), ocorrendo à mistura entre criminosos primários com outros de alta periculosidade, com quem o criminoso ocasional acaba por aprender métodos mais eficazes de ações criminosas vindas a tornar-se também uma grande ameaça social criado pelas falhas do próprio Estado.

A Exposição de Motivos determinantes da Lei de Execução Penal, em seu item 100 vem esclarecer que:

É do conhecimento que ‘grande parte da população carcerária está confinada em cadeias públicas, presídios, casas de detenção e estabelecimentos análogos, onde prisioneiros de alta periculosidade convivem em celas superlotadas com criminosos ocasionais, de

escassa ou nenhuma nocividade, e pacientes de imposição penal prévia (presos provisórios ou aguardando julgamento), para quem é um mito, no caso a presunção de inocência. Nestes ambientes de estufa, a ociosidade é a regra; a intimidade inevitável e profunda'

Assim, o preso assimila com facilidade as práticas do cárcere, aprofundando os "dons" criminosos, tornando quase que impossível a ressocialização de um indivíduo totalmente afastado do seu ambiente social e familiar. A doutrina chama a prisão de instituição total, pois absorve a vida do preso totalmente, que transforma o interno em um ser passivo porque fica entregue as regras do sistema, conforme preleciona Bitencourt (1993, p. 153): "Na instituição total, geralmente, não se permite que o interno seja responsável por alguma iniciativa e o que interessa efetivamente é a sua adesão às regras do sistema penitenciário".

Nota-se que na prática a pena de prisão tem como único resultado a retribuição sem qualquer interesse na ressocialização do apenado. Essa situação, em parte se da em função de que a própria população enxerga a prisão unicamente como forma de afastar o criminoso da sociedade, livrando-se de seu comportamento nocivo, o que deixa claro o retrocesso no ideal de pena que se buscou ao longo da história da humanidade, posto que, esperava-se que, superada as fazes da vingança privada e da vingança pública, vividas nos primórdios da vida social, a pena fosse passar a ser encarada pela sociedade com um viés mais sociológico, no entanto, no Brasil não é essa a realidade.

Segundo Leal (2001, p. 39):

A prisão nos traz: A imagem de castigo – que, para Immanuel Kant, era um imperativo categórico e, segundo alguns, o único objetivo que efetivamente se atinge – robustece-se em prisões ruínas, superlotadas, com péssimos níveis de higiene, onde a droga é consumida sem embaraços, o abuso sexual é constante, praticamente inexistente oferta de trabalho, de lazer orientado, e a assistência se presta de forma precária.

Isto posto, nota-se a crise da pena privativa de liberdade quanto a sua meta reeducativa. A consequência do total abandono do sistema penitenciário por parte do Estado é também da sociedade é o caus. que se instalou em quase todas as instituições prisionais do Brasil com o surgimento de facções criminosas que comandam os presídios e muitas vezes fora deles também, comandando ações criminosas em todas as regiões do país.

Ante a falência do sistema carcerário nacional, que já vem de muito tempo, o Estado acaba por adotar medidas inibidoras de comportamentos que possam aumentar o descontrole estatal sobre o sistema. Tais medidas de segurança são tomadas no sentido de tentar impedir

que os presos, isolados de suas famílias, longe do convívio social, e sem nenhuma estrutura que de fato possibilite a ressocialização, tenham acesso a drogas, telefones e rádios que possibilitem o contato com o meio externo e principalmente de armas que possam facilitar principalmente as fugas do sistema e o controle ainda maior por parte dos apenados.

Neste contexto, foi adotada no Brasil a chamada Revista Vexatória, ou Revista Intima, que, por muito tempo, foi realizada em todos os órgão carcerários nacionais e que é o objeto do presente trabalho que tem como objetivo avaliar a real efetividade da referida revista, em especial, quanto a sua aplicação na Casa de Detenção de Cacoal, bem como seu abandono em função da visão constitucional da pena com consequente adoção da chamada Revista humanizada, que prima pelo respeito aos princípios constitucionais e que passarão a ser avaliados a partir desse ponto.

## 2.2 REVISTA VEXATÓRIANO SISTEMA CARCERÁRIO: SEGURANÇA PÚBLICA OU ABUSO DE PODER ESTATAL?

No presente capítulo será analisada a implantação da Revista Vexatória no sistema carcerário e para tanto se faz necessário uma comparação da referida revista com a busca pessoal prevista no Título VII, do Capítulo XI, do Código de Processo Penal Brasileiro, para que não seja confundida com aquela.

A busca, é instituto conceituado como o movimento de agentes públicos utilizados em investigação processual penal de interesse estatal com vistas a obtenção de provas, formação de corpo de delito ou, cautelarmente, apreensão de objetos relevantes ao processo penal. O Artigo 244, § 2º do CPP, prevê que a busca pessoal só se procederá quando houver fundada suspeita de que alguém oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parágrafo 1 do artigo 240, do CPP. Destaca-se, portanto o caráter eminentemente Processual Penal da busca pessoal, logo, não pode ser confundida com a revista pessoal realizada no sistema penitenciário nacional, e cuja definição encontra-se no artigo 97, do Decreto nº 6.049, de 27 de Fevereiro de 2007:

Art. 97. A revista consiste no exame de pessoas e bens que venham a ter acesso ao estabelecimento penal federal, com a finalidade de detectar objetos, produtos ou substâncias não permitidos pela administração. Parágrafo único. O Departamento Penitenciário Nacional disporá sobre o procedimento de revista.

Percebe-se mais uma vez a inércia do Estado em relação ao sistema carcerário, pois mesmo tendo sido previsto no referido Decreto n° 6.049 que o DEPEN disporá sobre o procedimento da revista, até o presente momento nada foi determinado e continua a acontecer em vários estabelecimentos penais do país a tão famigerada revista íntima, em flagrante desrespeito aos princípios constitucionais da pena.

A Lei 10.792 de 2003 alterou o CPP e também a LEP e estabeleceu em seu artigo 3°, a obrigatoriedade dos estabelecimentos penais disporem de aparelho detector de metais para realização da revista em quem deseje adentrar os estabelecimentos e desta forma a revista pessoal direta (íntima) só seria realizada em caso de fundada suspeita.

No ano de 2006 o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP -, pertencente ao Ministério da Justiça, editou a Resolução n° 9, por meio da qual dispôs sobre revistas não só de visitantes como também de servidores do sistema carcerário e estabeleceu em seu artigo 2° que a revista vexatória só seria realizada de forma excepcional, quando houver fundada suspeita de que o revistado esta portando algo que comprometa a segurança do local, garantida sempre a honra e a dignidade deste.

### **2.2.1 Revista Vexatória**

A Revista Vexatória, praticada ainda nos dias atuais em muitos estabelecimentos penais do país, consiste no desnudamento do sujeito que pretende adentrar os presídios e demais órgão de cumprimento de pena, bem como a pratica por parte do agente público em realizar a verificação de roupas, calçados, cabelos, boca, e órgão genitais, principalmente das mulheres, que na maior parte dos estabelecimentos se da por meio da utilização de espelhos postos no chão sobre o qual a mulher, depois de despida, faz agachamentos, enquanto é observada pelas agentes penitenciárias no intuito de evitar a entrada ilegal de objetos e substanciais ilícitas tais como: drogas, armas e celulares.

A Revista Vexatória, nos termos supramencionados, violam frontalmente as previsões da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, instituída pelo Decreto n° 40 de 15/02/99, que em seu Artigo 1° conceitua tortura como:

Art, 1° - Qualquer ato pelo qual são infligidos intencionalmente dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais a uma pessoa a fim de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras, ou por qualquer outro motivo baseado em discriminação de qualquer natureza, quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou

outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência.

Ainda no Artigo 16 da mesma Convenção o legislador estabeleceu que é de responsabilidade dos Estados membro proibir que haja em seu território a prática de tratamento cruel, desumano e degradante cometido por funcionário público, por sua instigação ou com o seu consentimento ou aquiescência.

A revista vexatória, na qual o sujeito é obrigado a despir-se, fazer movimentos com suas genitálias, e inspeção das cavidades corporais, que, em regra, são realizadas em local inapropriado, na presença, além do servidor, de várias outras pessoas, com as quais ela não tem a menor intimidade, dá a este procedimento um caráter degradante.

O Relatório elaborado pelo Centro Pela Justiça e Pelo Direito Internacional (CEJIL), conclui que a Revista Vexatória possui, além de um caráter degradante, um foco eminentemente intimidativo:

Em nome da segurança da unidade e da repressão à entrada de drogas, armas e celulares, a —revista íntima é reconhecida pelas autoridades públicas como necessária, apesar de já estar disponível em alguns presídios masculinos, tecnologia capaz de identificar a entrada de produtos ilegais sem que para isso seja necessário —examinar intimamente os visitantes. Além das razões já mencionadas (segurança, repressão), a realização desse tipo de revista pessoal atua como instrumento de intimidação, uma vez que o próprio Estado informa que o número de apreensões de objetos encontrados com visitantes em vaginas, anus ou no interior de fraldas de bebês é extremamente menor daqueles encontrados nas revistas realizadas pelos policiais nas celas, indicando que outros caminhos ou portadores, que não são os visitantes, disponibilizam tais produtos para as presas.

O prejuízo causado a alguns visitantes é extremamente irreversível, pois há relatos de pessoas que ficam traumatizadas a tal ponto de ter que fazer uso contínuo de medicamentos para aliviar os problemas psicológicos causados pela revista vexatória.

### **2.2.2 Natureza Jurídica Da Revista Vexatória**

A Revista Vexatória configura exercício do poder de polícia da Administração Pública, por meio do qual se traduz a limitação das liberdades pessoais e individuais em nome de um bem maior que é a segurança pública, que se funda na supremacia do Estado.

Segundo Mello (2013, p. 843-844):

Tratando-se de exercício do poder de polícia, o Direito Administrativo esclarece que a Administração Pública na sua supremacia geral necessita tratar dessas limitações como relações especiais em que: a) a prática do poder de polícia tenha seu objetivo final descrito em lei; b) empenhe seus esforços com a única e exclusiva finalidade de atingir seu objetivo; c) esteja pautado em princípios constitucionais para que não seja desproporcional em suas medidas; e d) ante a menor restrição de direitos fundamentais possíveis para alcançar sua finalidade, qual seja, a segurança pública.

O poder público justifica a Revista Vexatória como sendo necessária a preservação da segurança do apenado, dos servidores e dos próprios visitantes, enquanto que o objeto é a própria visitação devendo ser regulada por lei.

Na ausência de Lei, a matéria da Revista Vexatória vem sendo regulamentada por meio de portarias e regulamentos e medidas auto executórias. O excesso de liberalidade na regulamentação da matéria, não raro a ocorrência de abusos, sendo, portanto, imprescindível sua limitação, pautada nos princípios constitucionais da pena, em especial quanto a proporcionalidade evitando-se excessos tal qual a revista vexatória realizada em todos os visitantes sem que haja qualquer fundamentação lógica, deixando esta espécie de invasão da intimidade reservada apenas para casos de extrema necessidade em que haja fundado receio de perigo público (MELLO, 2008).

## 2.3 REVISTA VEXATÓRIAXREVISTA HUMANIZADA

A garantia da segurança e a manutenção da ordem tem sido a justificativa encontrada para a manutenção da Revista Vexatória em vários estabelecimentos penais.

O acesso dos apenados a aparelhos radiotransmissores, celulares, drogas e armas em grandes quantidades deram ao crime organizado nas grandes capitais e os chefes de quadrilhas nas pequenas cidades o domínio quase que completo do cárcere, sem falar nas mortes, sequestros, assaltos, roubos a instituições bancárias e ataques a própria polícia que são organizados e orquestrados de dentro dos presídios por meio dos aparelhos de comunicação que chegam as mãos dos presos, tornando os estabelecimentos penais verdadeiros quartéis do Crime.

Os meios utilizados pelos detentos para conseguirem acesso aos objetos e drogas ilícitos são os mais variados. A experiência mostra que a corrupção de funcionários terceirizados ou mesmo estatutários, os correios, a empresa de alimentação que fornece a comida, pombos, pipas, catapultas e até helicópteros de brinquedo são utilizados para levar



esses materiais para dentro das instituições, entretanto, o Estado vê na entrada de visitantes o meio mais ágil para o transporte desse material.

O meio utilizado na maioria das vezes pelos visitantes que pretendem colaborar para a prática do ilícito, levando as “mercadorias” para dentro dos presídios, ocorre por meio das visitantes femininas, que introduzem nos orifícios do próprio corpo (vagina e ânus) aparelhos de celulares, drogas e até armas conseguindo muitas vezes passarem despercebidas pelas agentes de segurança, sendo que em boa parte dos casos elas são flagradas apenas em função de denúncias anônimas. Isso não é exclusividade das mulheres, pois, a relatos de homens que traziam celulares no ânus e outros que engoliam drogas e posteriormente já nas celas induziam o vômito para recuperar a substância que havia anteriormente ingerida.

A gestão penitenciária no Brasil é de responsabilidade da União, que, por meio do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) estabelece os princípios e as diretrizes a serem observados também pelos Estados membros, nos quais, a justificativa da questão da segurança ainda prevalece sobre os princípios constitucionais empregando-se não raro o instituto da Revista Vexatória em flagrante desrespeito a intransferibilidade da pena previsto na própria Constituição Federal.

De acordo com o artigo 5º, XLV da Constituição Federal de 1988 o princípio da pessoalidade da sanção penal estabelece: “Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

Nos dizeres Zaffaroni (*apud* GRECO, 2006, p. 83):

Nunca se pode interpretar uma lei penal no sentido de que a pena transcenda da pessoa que é autora ou partícipe do delito. A pena é uma medida de caráter estritamente pessoal, haja vista ser uma ingerência ressocializadora sobre o condenado.

Acompanhando-se a evolução histórica da pena como acima foi apresentada, nota-se o retrocesso que representa a Revista Vexatória a esse processo evolutivo, posto que, o que se vem buscando no decorrer dos tempos pelo que hoje se conhece como Direito penitenciário é a aplicação de sanções proporcionais ao ilícito cometido pelo criminoso, portanto, inconcebível que amigos e familiares dos presos que pretendem visitá-lo tenham que se submeter a tal exposição.

Mesmos diante da previsão constitucional da pessoalidade da pena, na prática é quase que impossível evitar que as consequências da pena de prisão atinja a família do condenado, pois, indiretamente serão afetados caso esse preso seja o responsável pelo sustento da família, os filhos que serão privados da companhia do pai bem como a esposa separada do marido e de certa forma toda a família acaba por ser toda vista pela sociedade como sendo criminosa, cabendo ao Estado minimizar os efeitos da aplicação da pena sobre os familiares do preso, rechaçando toda e qualquer forma de humilhação ou desrespeito a sua dignidade. Segundo Grecco (2006, p. 86):

O direito de receber visita dos parentes e amigos do preso é garantido pela legislação pátria, que, em consonância com as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos N° 37: “Os reclusos devem ser autorizados, sob a necessária supervisão, a comunicar periodicamente com as suas famílias e com amigos de boa reputação, quer por correspondência quer através de visitas”. A LEP – Art. 41, X - também garante o direito de visita como um direito condicional, podendo ser suspensas ou restringidas por ato motivado do diretor do estabelecimento, garantindo o direito de visita até mesmo ao mais grave dos regimes de cumprimento de pena que é o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

Apesar das vedações constitucionais e legais a transitividade da pena, a evocação da questão da segurança para justificar a Revista Vexatória e consequentemente a violação do princípio da pessoalidade ainda ocorre. No entanto, isso não se justifica, pois o simples fato de ser familiar de um detento não justifica que o Estado trate o cidadão como suspeito incondicional expondo-o ao ridículo de ser considerado suspeito sem que haja qualquer fundamento lógico para tanto. Porém, não é isso que ocorre, embora a legislação e todo o ordenamento caminhe para a extinção completa da Revista Vexatória com investimentos estatais em aparelhos tecnológicos que garantirão a segurança por meio de revista eletrônica, os problemas com a infra-estrutura, superlotação e recursos humanos ainda caminham a passos lentos em vários estabelecimentos penais.

## 2.4 O FIM DA REVISTA VEXATÓRIA NA GESTÃO PENITENCIÁRIA

A extinção da Revista Vexatória realizada em visitantes como pratica corriqueira nos estabelecimentos penais tende a ser uma realidade passando a ser admitida somente nos casos em haja fundado receio de perigo a segurança. Essa transição é orientada pelos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da pessoalidade da responsabilidade penal

que se baseiam no respeito as garantias individuais como pilares de qualquer Estado Democrático de Direito como de fato o é o Brasil.

Seguindo uma tendência internacional, caminha-se para a implantação geral e definitiva da chamada Revista Humanizada que tem como objetivo o equilíbrio entre a garantia da segurança penitenciária e o respeito à dignidade dos visitantes.

Desde o ano de 2003, a Lei 10.792 modificou a Lei de Execução Penal para determinar que:

Art. 3º - Os estabelecimentos penitenciários disporão de aparelho detector de metais, aos quais devem se submeter todos que queiram ter acesso ao referido estabelecimento, ainda que exerça qualquer cargo ou função pública.

Art. 4º - Os estabelecimentos penitenciários, especialmente os destinados ao regime disciplinar diferenciado, disporão, dentre outros equipamentos de segurança, de bloqueadores de telecomunicação para telefones celulares, radiotransmissores e outros meios de comunicação[...].

O objetivo da previsão legal supra transcrita é justamente evitar a realização da Revista Vexatória, no entanto, os únicos que são submetidos a esse tipo de procedimento são os visitantes ficando os demais atores do sistema penitenciário isentos da revista o que contraria a Lei que prevê que todos que pretendam adentrar ao sistema seja submetidos a ao procedimento.

No ano de 2009 aconteceu no Distrito Federal a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública tendo o Sistema Penitenciário como um dos temas discutidos e neste evento foram votados princípios e diretrizes a serem adotados como norteadores das políticas públicas do setor. Destaque-se o sétimo princípio votado na Conferência:

Reconhecer a necessidade de reestruturação do sistema penitenciário, tornando-o mais humanizado e respeitador das identidades, com capacidade efetiva de ressocialização dos apenados, garantindo legitimidade e autonomia na sua gestão, privilegiando formas alternativas à privação da liberdade e incrementando as estruturas de fiscalização e monitoramento.

As diretrizes votadas na Conferência apontam para a reestruturação do sistema com a implantação procedimentos mais humanizados.

Mariath (2009, p.7) afirma que:

[...] por causa da ausência de autorização judicial, a realização de revista preventiva em unidade penal é a tida como revista indireta. Aquela em que não há contato físico entre o servidor e o revistando, realizada por meio de aparelhos de detectores de metal, Raios X ou

espectrômetros. Desta forma, nos casos de fundada suspeita de que o revistando está portando objeto ou substância ilegal ou irregular é permitida a revista direta realizada sobre o corpo e a roupa do revistado. De modo superficial, ou seja, manual apenas.

O fim da Revista Vexatória no sistema penitenciário depende, portanto de iniciativas gerenciais do governo que precisa fazer investimentos em tecnologia, serviço de inteligência, efetivo de pessoal técnico e agente de segurança qualificado, cães farejadores etc. Essas são ferramentas básicas para garantir a segurança, entretanto não é só isso, pois, é necessário também que haja mudanças em toda a infraestrutura, principalmente quanto ao espaço físico das instituições para se evitar a superlotação e o consequente descontrole do Estado sobre o que entra e sai de dentro do cárcere.

É sabido que as tecnologias postas a disposição no mercado tal qual aparelhos de RX e scanner corporais, detectores de metais e outros são mais que suficientes para se evitar a entrada de materiais ilícitos dentro dos presídios, pois, mesmo que o material esteja escondido dentro do corpo do sujeito o aparelho é capaz de detectá-lo, tornando desnecessária a Revista Vexatória, pois a questão da segurança estará garantida.

Outro método que pode ser implantado é a revista íntima realizada apenas no preso. Fundada na premissa do Princípio da intranscendência da pena, o familiar ou amigo do preso que deseje visitá-lo não pode ser exposto a revista vexatória, pois não há contra ele fundado receio ou suspeita, entretanto, o preso que cometeu o crime deverá ser revistado.

O problema que se apresenta quanto a revista realizada na pessoa do preso é a falta de estrutura física das unidades prisionais, ou seja, a falta de um espaço adequado para tal procedimento, e quanto a falta de agentes penitenciários para realizá-la. A problemática se dá em função da falta de investimentos governamentais nos estabelecimentos penais e também pelo grande aumento do número da população carcerária que sobe a cada ano de forma desenfreada, conforme exposto nos capítulos anteriores.

### **3 TRANSIÇÃO DA REVISTA VEXATÓRIA PARA A REVISTA HUMANIZADA NA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL**

#### **3.1 CASA DE DETENÇÃO DE CACOAL**

No município de Cacoal o Sistema Prisional é composto por uma Casa de Detenção que presta atendimento tanto ao público masculino quanto feminino e Uma Casa de Albergado que presta atendimentos apenas ao público masculino, ambos vinculados e administrados pela Secretaria de Administração Penitenciária- SEAPEN -, instituída pela Lei Complementar nº 304, de 14.09.2004, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 412 de 28.12.2007, que criou a Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS.

A Casa de Detenção do Município de Cacoal esta localizada na Avenida Itapemirim, Nº 421, bairro Brizon. Segundo Alisson Moura, diretor administrativo da referida unidade prisional, esta conta com um total de oitenta e quatro servidores efetivos dentre os quais estão incluídos o diretor geral, o diretor de segurança o diretor administrativo, a diretora do pavilhão feminino. Não estão incluídos nesse total o quadro de pessoal da área da saúde que atua diretamente na unidade prisional prestando serviço de enfermagem além de tratamento odontológico, dois dias por semana os apenados recebem a visita de um médico para atender os apenados previamente agendados. Os agentes penitenciários são a linha de frente no tratamento com os apenados, ou seja, são os que detêm a árdua missão de impor a ordem e o respeito na unidade prisional sempre motivado pelos princípios fundamentais como o da dignidade da pessoa humana e a principio da legalidade e proporcionalidade. Os agentes penitenciários trabalham em regime de plantão fazendo uma escala de doze horas de trabalho por vinte e quatro de descanso e consequentemente uma de doze horas de trabalho por setenta e duas horas de descanso.

O município não conta com Centro de observação para desenvolvimento de estudos criminológicos e para classificação dos presos e não existe na cidade Comissão Técnica de Classificação responsável por atuar na importante função de individualização da pena que tem como principal função a escolha do local mais adequado ao cumprimento da pena de acordo com as características do apenado.

A realidade carcerária do município de Cacoal não é diferente ao restante do país no que tange ao aumento da população carcerária e ao déficit do número de vagas, conforme informações prestadas pelo diretor administrativo da Casa de Detenção do Município de Cacoal o senhor Alison Moura. Pelo que se nota a unidade prisional do município de Cacoal

sofre com a falta de recursos, ou seja, é inegável que o crescimento da população carcerária não foi acompanhado de investimento por parte dos órgãos responsáveis, tanto na sua estrutura física quanto no quadro de funcionários. Assim sendo, o número de vagas não tem sido ampliado desde o ano de 2011 e a população carcerária sofre algumas variações sempre operando com excessivo número de presos, ou seja, sempre operando em um limite negativo se comparado o total de vagas e a população carcerária existente na Casa de Detenção do Município de Cacoal. Dados confirmados pela tabela que segue:

**Tabela nº 3 - Crescimento da População Carcerária no Município de Cacoal/RO**

<b>População Prisional</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Total de Vagas no Sistema</b>	<b>192</b>	<b>192</b>	<b>192</b>	<b>192</b>	<b>192</b>
<b>Déficit de Vagas</b>	<b>-108</b>	<b>-79</b>	<b>-67</b>	<b>-88</b>	<b>-84</b>
<b>População prisional da cidade de Cacoal</b>	<b>300</b>	<b>271</b>	<b>259</b>	<b>280</b>	<b>276</b>

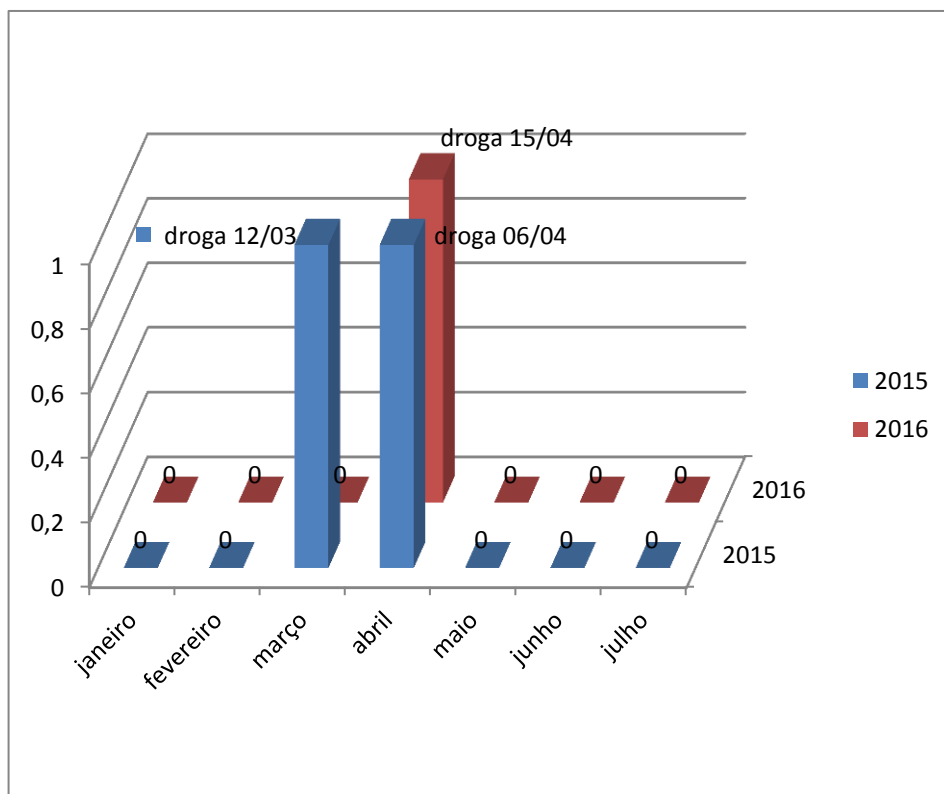
Fonte: SEJUS/RO e Ministério da Saúde (dados da pesquisa)

A população carcerária sofre aumento e com esse aumento vêm as dificuldades, os problemas e com os problemas surgem às tentativas de mitigar uma situação que é mais social que propriamente da seara penal. Foi implantado na Casa de Detenção do Município de Cacoal um modelo de revista que está sendo utilizada em quase todo o país, é a chamada revista humanizada. Esta modalidade de revista elaborada de uma forma correta é o ideal para dar respeito aos visitantes da unidade prisional da comarca de Cacoal preservando princípios constitucionais referentes a dignidade da pessoa humana. A antiga revista vexatória era uma agressão a esses princípios, pois violava a intimidade dos visitantes por uma falta de estrutura que, criada pelo próprio Estado feria normas criadas por ele mesmo. Em busca de uma segurança mínima levava cidadãos a um desrespeito sofrido transferindo a pena para um terceiro.

Com a justificativa de preservar a segurança de uma unidade prisional ao invés de investir em equipamentos disponíveis no mercado tecnológico ele, o Estado aplicava pena aos visitantes que para adentrar a unidade prisional era obrigado a sofrer consequências que somente é possível ser verificada por quem realmente vive esse dia a dia de uma unidade prisional. O gráfico que segue foi elaborado por comparação entre os seis primeiros meses de 2015 e os seis primeiros meses de 2016. Nota-se que as apreensões relacionadas a revista

pouco influenciam na realidade sofrida por visitantes, é o mínimo se comparado ao constrangimento sofrido por visitantes e por que não afirmar que este constrangimento se estende aos servidores da unidade prisional.

**Gráfico n° 2 - Apreensão de Objetos Ilícitos na Casa de Detenção do Município de Cacoal**



**Fonte – Casa de Detenção do município de Cacoal 2016 (dados da pesquisa)**

Conforme relatos dos agentes penitenciários em suas respostas no questionário elaborado e que se encontra no apêndice desse trabalho é possível afirmar que a revista vexatória era constrangedora também para esses aplicadores da Execução Penal, o que acabava por cometer abusos em nome do Estado que este representa. Com o propósito de combater a entrada de produtos ilícitos o agente penitenciário vive uma rotina de extrema tensão, ou seja, se não fizer uma revista bem feita à segurança estará comprometida e se ocorrer abusos corre o risco de responder a um possível crime de abuso de autoridade.

Esses profissionais se encontram a beira de situações extremas, pois o Estado não oferece o mínimo de condições e estrutura para que seja desempenhado um papel a sua capacidade, enquanto são exigidos ao máximo. A Casa de Detenção do Município de Cacoal

oferece aos apenados condições mínimas para o cumprimento de pena, pois não é aplicado em sua totalidade os direitos da pessoa presa garantido na Lei das Execuções Penais (LEP).

### 3.2 REVISTA VEXATÓRIA NA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL

A Casa de Detenção do município de Cacoal utilizou a revista vexatória até o dia 27 de abril de 2015 quando esta modalidade foi interrompida por uma recomendação do Doutor Ivens dos Reis Fernandes juiz da vara das execuções penais da comarca de Cacoal.

A revista vexatória trás essa denominação pelo constrangimento que causava aos visitantes ao adentravam esta unidade prisional, pois era uma revista rústica sem observância dos princípios estabelecidos na Constituição da Republica Federativa do Brasil.

A revista vexatória na referida unidade prisional era feita em todas as pessoas que a adentravam na qualidade de visitante. A revista vexatória feita nas pessoas do sexo feminino se dava da seguinte forma: ao entrar em uma sala reservada as pessoas eram obrigadas a se despir totalmente, inclusive roupas intimas como calcinha e sutiã, a pessoa completamente nua era obrigada a agachar três vezes, mostrar a sola do pé, abrir a boca enquanto a agente feminina revistava seus cabelos. Após a vistoria na pessoa nua ela vestia apenas a calcinha e era obrigada a sentar em um banco eletrônico (banquinho) por alguns segundos, se este equipamento emitisse um som parecido com um apito era indicio de alguma anormalidade e todo procedimento era feito novamente se continuasse a apitar a pessoa era conduzida ao Hospital Regional para ser submetida ao exame de raio X corporal. Segundo Sandra Pinheiro, diretora da ala feminina da Casa de Detenção do Município de Cacoal as crianças de ambos os sexos eram revistadas por agentes penitenciárias do sexo feminino. A revista era feita em um ambiente onde se encontrava de quatro a cinco visitantes por vês além de cinco ou sei agentes penitenciárias do mesmo sexo.

Os visitantes do sexo masculino também eram obrigados a se sujeitar a aplicação da revista vexatória que se dava da seguinte forma: o visitante entrava em uma sala e recebia ordem para tirar toda a roupa, também tirava roupa íntima como a cueca, depois de totalmente nu era obrigado a agachar três vezes, abrir a boca, mostrar a sola dos pés, palma das mãos e cabelo. A roupa era vistoriada manualmente pelo agente penitenciário de plantão. Como o numero de visitantes do sexo masculino é bem inferior ao numero de visitantes do sexo feminino a revista nas pessoas do sexo masculino sempre era feita em um visitante por vez na sala e sempre acompanhada por dois agentes penitenciários do mesmo sexo. As revistas em



crianças e adolescentes masculinos eram sempre acompanhadas por um responsável maior de idade, podendo ser o acompanhante do sexo oposto. O acompanhamento não diminuía o rigor da revista vexatória aplicada naquela unidade prisional.

### 3.3 REVISTA HUMANIZADA NA CASA DE DETENÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACOAL

A Casa de Detenção do Município de Cacoal passou a adotar a revista humanizada partir do dia 27 de abril de 2015, por uma recomendação do juiz da segunda vara criminal e também juiz das execuções penais da comarca de Cacoal o Doutor Ivens dos Reis Fernandes. A recomendação feita pelo magistrado teve balizamento na resolução de numero cinco de 28 de agosto do ano de 2014do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). A recomendação impôs uma mudança nos métodos utilizados no fazimento de revistas nos visitantes que adentram a referida unidade prisional e como toda mudança gera certa desconfiança dessa vez não foi diferente, pois a recomendação gerou desconfiança por parte de alguns agentes penitenciários, haja vista a unidade prisional não dispor de materiais mecânicos nem de meios apropriados para a realização da revista em questão.

A revista humanizada, ou seja, a atual revista conta apenas com detectores de metal manual e na revista feminina conta também com um portal eletrônico e um banco eletrônico que esta fora de uso por força da revista atual que condena o uso do banco por se tratar de objeto que causa constrangimento e não é considerado seguro muito menos higiênico, pois era utilizado por varias mulheres sem ser higienizado.

A revista íntima feminina é realizada da seguinte forma: as visitantes após formarem fila por ordem de chegada são conduzidas a uma sala reservada, geralmente quatro a cinco mulheres de cada vez, a vestimenta determinada pela unidade prisional é parte fundamental para que a revista seja feita de uma forma mais humana, esta vestimenta se constitui de calça legging, blusa simples e sutiã sem abas metálicas. A visitante ao adentrar na sala passa primeiramente pelo portal eletrônico, em seguida é feita uma analise corporal sem que a agente penitenciária toque na visitante (toque proibido pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária na resolução que fundamentou o fim da revista vexatória na Casa de Detenção do Município de Cacoal). Nas crianças de até três anos de idade a mãe é quem faz o apalpamento com o acompanhamento da agente penitenciária e as maiores de três anos apenas passam pelo portal eletrônico. Se houver fundada suspeita de que alguma visitante introduziu

algum objeto ilícito em seu corpo esta é encaminhada ao hospital regional do município de Cacoal para que se sujeite a um exame de raios-X corporal.

A revista masculina é feita em homens, crianças do sexo masculino acima de três anos e em travestis que ocasionalmente visitam a unidade prisional e é feita da seguinte forma: o visitante entra em uma sala reservada acompanhado de dois agentes penitenciários do sexo masculino, estes agentes pedem ao visitante que levante os braços, onde é passado um detector de metal manual nos braços e nas pernas, as crianças do sexo masculino a partir dos três anos de idade são revistadas por agentes penitenciários do mesmo sexo sempre acompanhados pelo pai, mãe ou quem deste detenha a guarda, sempre evitando o toque e em caso de suspeita fundada será feito o mesmo procedimento da visitante feminina, ou seja, encaminhado ao Hospital Regional do Município de Cacoal para fazer o raio-X corporal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê expressamente a responsabilidade do Estado em relação a proteção dos direitos fundamentais de toda pessoa que esteja no Brasil, sendo ele brasileiro nato, brasileiro naturalizado ou estrangeiro que habite ou simplesmente esteja em nosso país. A população prisional também é abrangida por esses direitos, ou seja, tem direito a uma proteção estatal e essa proteção se estende também aos seus visitantes.

O presente trabalho tratou de princípios básicos como o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da intranscendência da pena, bem como a visitação aos apenados na Casa de Detenção do Município de Cacoal. Através do questionário elaborado no decorrer do trabalho foi possível aprofundar mais no tema em questão, pois as perguntas foram feitas a quem verdadeiramente foi responsável pela mudança na forma de revista íntima feita nos visitantes que adentram a unidade prisional com a intenção de ver parentes ou amigos que estão sofrendo o cárcere, ou seja, que se encontram privados de sua liberdade.

O questionário pode ser considerado a peça fundamental de todo o trabalho realizado, pois nele se manifestou a verdadeira transição da revista vexatória antes aplicada na Casa de Detenção do Município de Cacoal para a atual revista humanizada. Foram ouvidas opiniões e sugestões para melhorar o atendimento ao visitante sem comprometer a segurança da unidade prisional em questão.

Foi adotado o método dedutivo de pesquisa científica, tendo apoio nos procedimentos da técnica de pesquisa bibliográfica por meio de referenciais teóricos publicados e da pesquisa de campo com questionário direcionado aos aplicadores das execuções penais da comarca de Cacoal. O juiz das Execuções Penais, o promotor, o defensor público, o diretor geral da Casa

de Detenção do município de Cacoal, os agentes penitenciários e os visitantes que responderam as perguntas e se mostraram todos em sintonia nas respostas visando o bem comum de todos os envolvidos nas execuções de pena no Município de Cacoal.

Foram tratados a evolução histórica da pena, bem como a transição das penas cruéis para penas mais humanas, tratou também das escolas clássicas e da escola positiva e seu entendimento referente a aplicação da pena ao condenado, além do surgimento do sistema penitenciário, bem como o surgimento do direito penitenciário brasileiro e do sistema penitenciário brasileiro, onde foram inseridos gráficos e tabelas visando dar maior entendimento a essa evolução.

Foram abordados temas como o retrocesso da pena de prisão no Brasil e o uso da revista vexatória como forma de intimidação alegando segurança para as unidades prisionais, a crise no sistema carcerário como a superlotação e maus tratos para com a pessoa presa, a aplicação da revista vexatória nas unidades prisionais brasileiras, bem como a natureza jurídica da revista vexatória e também a revista vexatória versus a revista humanizada aspectos positivos e negativos de ambas as modalidades e o fim da revista vexatória na gestão penitenciária.

O terceiro capítulo é o que merece uma atenção especial, pois é nele que se encontra o verdadeiro assunto em questão, pois trás a Casa de Detenção do Município de Cacoal, sua localidade, suas instalações, a quantidade de servidores, a escala de serviço em que trabalham. Falou de como era feita a antiga revista vexatória e como é feita a atual revista humanizada na Casa de Detenção do Município de Cacoal e o uso de matérias mecânicas que eram utilizados para realizar a revista vexatória e os que são utilizados na atual revista.

Neste estudo buscou-se analisar de todas as formas qual seria a modalidade de revista íntima ideal, respeitando os princípios citados no decorrer do trabalho bem como alguns princípios fundamentais que ficaram subentendidos como o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito da preservação do corpo e da intimidade.

O tema abordado é um tema atual, pois mostra a força que tem um grupo de pessoas unidas em prol de um objetivo comum, incluindo movimentos sociais e a mídia, haja vista ter sido uma campanha nacional pelo fim da revista vexatória que movimentou toda a sociedade e os órgãos responsáveis para implantarem a modalidade de revista humanizada em quase cem por cento das unidades prisionais de nosso país seja por força de lei, seja por recomendações.

Diante de todo o exposto, resta concluir que a antiga revista vexatória não tem caráter inibitório, mas sim um caráter constrangedor e arcaico na sua aplicação. O que acontecia com

as pessoas que se submetiam àquele tratamento degradante, poderia ser considerado um abuso do poder estatal realizado por seus servidores que, sem um conhecimento legal realizava a mesma sem perceber que aquela situação poderia gerar um crime por quem a realizasse. A nova revista humanizada veio mitigar um pouco o sofrimento dos visitantes, haja vista o número de apreensões de objetos ilícitos soa insignificantes perante o sofrimento moral que a revista vexatória trazia para os visitantes da Casa de Detenção do Município de Cacoal.

Isto posto e mediante os questionários aplicados a todos os envolvidos na execução penal no município de Cacoal, bem como, o juiz das Execuções Penais, o promotor de justiça, o defensor público, o diretor da Casa de Detenção do município de Cacoal, agentes penitenciários e visitantes dos apenados, resta concluir que, mesmo com as falhas e mediante a benesse trazida pela revista humanizada esta é, no momento, a revista ideal a ser aplicada na Unidade Prisional na qual foi realizada a presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Manual de Direito Penal – Parte Geral*. São Paulo, RT, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil/ 1988**. Senado Federal, 2016. Disponível em: < <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em 14 de Abr. 2016

BRASIL. DEPEN. INFOPEN. Brasília: Ministerio da Justiça, dez, 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 20 de Abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 7.210/1984. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: 30 de mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil** – Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

6 - CABRAL, Sandro. “**Além das Grades**”: uma análise comparada das modalidades de gestão do sistema prisional. Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia. 2006. (Tese de Doutorado).

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL). **Relatório sobre mulheres encarceradas**. Portal ASBRAD. Disponível em: [http://www.asbrad.com.br/conte%C3%BAdo/relat%C3%B3rio\\_oea.pdf](http://www.asbrad.com.br/conte%C3%BAdo/relat%C3%B3rio_oea.pdf). Acesso em: 18 de Abr de 2016.

FERRI, Enrico. **Princípios de Direito Criminal: o criminoso e o crime**. 2 ed. Campinas: Bookseller, 1998.

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia Jurídica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. 7 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

LEAL, César Barros. **A Prisão em uma perspectiva histórica e o desafio atual dos Direitos Humanos dos Presos.** In: Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Brasília, vol. 1, nº 6, jul/dez 1995.

MARIATH, Carlos Roberto. **Limites da Revista Corporal no âmbito do Sistema Penitenciário.** Brasília: Depen, S/D. Disponível em: <[www.portalmj.br](http://www.portalmj.br)>. Acesso em 20 de Abr. 2016.

MELLO, Celso Antônio bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

NORONHA, Edgar Magalhães. ***Direito Penal – Vol1.*** São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1997.

TEIXEIRA, Sérgio Wilian Domingues. **Estudo Sobre a Evolução da Pena, dos Sistemas Prisionais e da Realidade Brasileira em Execução Penal – Propostas Para Melhoria do Desempenho de uma Vara de Execução Penal.** 2008. Dissertação do Mestrado Profissional em Poder Judiciário. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas.

## **APÊNDICE**

Questionário elaborado por Antonio Marcos de Lima com a finalidade de coletar dados para o trabalho de conclusão do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, campus de Cacoal para resposta do:

Excelentíssimo senhor doutor Ivens dos Reis Fernandes juiz de direito da vara das Execuções Penais da comarca de Cacoal.

1) O motivo pelo qual levou Vossa Excelência a recomendar a aplicação da revista humanizada na Casa de Detenção do Município de Cacoal?

Resposta: A adoção da revista humanizada nas unidades prisionais de Cacoal, foi determinada em razão da resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014, do conselho nacional de política criminal e penitenciária, que traça recomendações acerca das revistas pessoais realizadas por ocasião do ingresso nos estabelecimentos penais, vedando expressamente a realização das revistas tidas como vexatórias, a saber: desnudamento parcial ou total; qualquer conduta que implique na introdução de objetos nas cavidades corporais da pessoa revistada; uso de cães farejadores, ainda que treinados; agachamentos ou saltos.

2) Vossa Excelência vê fragilidade na revista humanizada, pois é sabido que a Casa de Detenção do Município de Cacoal não dispõe de revista mecânica adequada?

Resposta: Há evidente perda de eficácia no que concerne à apreensão da entrada de drogas e celulares no interior da unidade prisional, posto que normalmente são escondidos nas partes íntimas dos visitantes.



3) Vossa Excelência vê alguma relação nas diminuições das apreensões de materiais ilícitos com a implantação da revista humanizada na referida unidade prisional?

Resposta: Na verdade não houve diminuição na apreensão de drogas e materiais ilícitos, muito por conta do ótimo trabalho realizado durante a revista. Em muitos casos o aparente nervosismo do visitante indica a prática ilícita e desencadeia a ação dos agentes penitenciários.

4) Vossa Excelência, na qualidade de juiz das Execuções Penais em alguma ocasião comunicou a Secretaria do Estado da Justiça (SEJUS) para que esta implante uma revista mecânica mais eficiente, mais exatamente o scanner corporal?

Resposta: No último Encontro Estadual de juízes da Execução Penal de Rondônia o tema foi tratado e foi solicitado a implantação de mecanismos e a disponibilização de aparelhos apto a aumentar a segurança nas revistas.

5) Na opinião de Vossa Excelência a antiga revista vexatória feria o princípio básico da dignidade da pessoa humana além de causar um constrangimento desnecessário ao visitante?

Resposta: Há dois pontos basilares. De um lado a dignidade do visitante e de outro a segurança do próprio sistema. Evidentemente que todo excesso deve ser evitado. Cabe ao Estado aparelhar as unidades prisionais de forma a evitar a entrada de objetos ilícitos e drogas. Assim agindo, a revista, tal como feita anteriormente, não seria necessária.

Questionário elaborado por Antonio Marcos de Lima com a finalidade de coletar dados para o trabalho de conclusão do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Campus de Cacoal para resposta do:

Excelentíssimo senhor Diogo Boghossian Soares da Rocha promotor de justiça da comarca de Cacoal-RO.

1) A promotoria de Cacoal concorda com a revista humanizada da forma que é feita na Casa de Detenção do Município de Cacoal, sendo esta realizada sem os aparelhos mecânicos necessários para tal finalidade?

Resposta: Atualmente não mais é possível aceitar, concordar com outro tipo de revista que não a denominada “revista humanizada”, já que o antigo método de revista, indubitavelmente, atenta contra princípios constitucionais, ainda que, por culpa do Estado, não se tenha a aparelhagem necessária.

2) A promotoria teve participação na implantação da revista humanizada na unidade prisional em questão?

Resposta: Não. Isto é uma exigência nacional, controlada inclusive pelo CNMP.

3) A revista vexatória fere princípios básicos, como o princípio da dignidade da pessoa humana e se o visitante sofria violência moral ao ter sua intimidade violada no acesso a Casa de Detenção do Município de Cacoal?

Resposta: Sim, sem dúvida.

4) A promotoria vê possibilidade dos visitantes se aproveitarem da revista humanizada para adentrarem a Casa de Detenção do Município de Cacoal com objetos ilícitos, haja vista a forma que esta é realizada?

Resposta: Infelizmente sim; mas os cidadãos não podem “pagar” por uma falta de estruturação do Estado; lembrando que grande dos visitantes submetidos à “revista vexatória” não tem a intenção de ingressar com objetos ilícitos.

5) A promotoria tem conhecimento da falta de material mecânico como o scanner corporal e se já tomou alguma providencia junto a Secretária do Estado de Justiça(SEJUS) para que tal equipamento fosse implantado na Casa de Detenção do Município de Cacoal?

Resposta: Sim. Recentemente foi enviado um relatório à corregedoria e ao CNMP informando quanto aos equipamentos disponíveis para a realização da “revista humanizada”, sendo identificados aqueles faltantes.

6) Questão aberta para comentários.

Resposta: Apesar da “revista humanizada”, nos moldes em que estão sendo feitas em Cacoal, fragiliza a fiscalização da entrada de produtos ilícitos no presídio, é forçoso reconhecer que a “revista vexatória” não pode mais ser aceitável, devendo o Estado adotar medidas de controle mais eficazes”.

.

Questionário elaborado por Antonio Marcos de Lima com a finalidade de coletar dados para o trabalho de conclusão do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, campus de Cacoal para resposta do:

Excelentíssimo senhor doutor Roberson Bertone de Jesus defensor público da comarca de Cacoal-RO.

1) Qual a opinião de Vossa Excelência em relação a revista vexatória e em relação a revista humanizada na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO.

Resposta: Tendo como ponto de partida os pontos distintivos entre ambas, certamente a revista humanizada prefere a revista vexatória em qualquer localidade do Brasil, vez que reflete verdadeiro respeito à pessoa humana, às garantias fundamentais, em especial à dignidade da pessoa humana e à intimidade.

2) A defensoria participou da recomendação do juiz das Execuções Penais que pois fim a revista vexatória na unidade prisional em questão?

Resposta: Sim. No Estado, tal trabalho se deu em especial por provocação da Defensoria Pública junto ao Conselho Prisional em Porto Velho. Ademais, até onde tenho conhecimento, a questão tomou maior ênfase quando um colega defensor público, na cidade de Ouro Preto do Oeste, fez recomendação em tal sentido.

3) A revista vexatória fere princípios básicos, tais como o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da intranscendência da pena além do visitante ter sua intimidade violada de certa forma?

Resposta: Na nossa humilde opinião sim. É certo que é necessário que se mantenha segurança e obediência às regras de execução penal nos presídios e casas de detenção. No entanto, isso não autoriza posturas invasivas, vexatórias, por parte da Administração Pública em desfavor de familiares de apenados.

O Estado deve se aparelhar e dar condições para que os servidores que laboram no sistema prisional efetivem seu trabalho com maestria e segurança, no especial contexto do respeito ao direito destes e também aos direitos dos reeducando e seus familiares.

4) A defensoria vê alguma possibilidade dos visitantes se aproveitarem da revista humanizada para adentrarem a Casa de Detenção do Município de Cacoal portando objetos ilícitos?

Resposta: Certamente. Em qualquer país, especialmente no nosso, em que há posturas históricas e culturalmente arraigadas (cultura da esperteza), reprovadas, em que pessoas se valem de regras protetivas e inclusivas para obterem qualquer tipo de vantagem.

No entanto, a exceção, ou seja, práticas ilícitas de uma minoria não podem penalizar uma maioria, sob pena de inaceitável culpabilização de inocentes.

Como dito em outra assertiva, a equacionalização do problema passa por melhor estruturação do sistema carcerário local e nacional.

5) A defensoria tem conhecimento da falta de material mecânico como o scanner corporal e se já tomou alguma providencia junto a Secretária do Estado da Justiça(SEJUS) para que tal material fosse implantado na Casa de Detenção Do Município de Cacoal-RO?

Resposta: Este representante da Defensoria não tem conhecimento. Ao contrário, em especial, em participação em audiências de PAD – Processo Administrativo Disciplinar – vê sempre um aparelho que acreditava ser para tal finalidade, o qual fica alocado na sala em que se efetiva as audiências.

Como dito, o presente manifestante assumiu a temática criminal da Comarca recentemente e ainda tem acumulado todo o serviço do Núcleo sozinho. Assim, em razão do acúmulo de serviço e das limitações humanas que possui ainda não se inteirou de tal ponto.

Mas, de imediato, oficiará a direção da Casa de Detenção local acerca do tema. Isto feito, e a depender da resposta adotará as medidas que julgar pertinentes sobre o problema ventilado, inclusive, judiciais, caso necessárias.

Questionário elaborado por Antonio Marcos de Lima com a finalidade de coletar dados para o trabalho de conclusão do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, campus de Cacoal para resposta do:

Ilustríssimo senhor Fabiano Cardoso diretor geral da Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO.

1) Vossa Senhoria é favorável a aplicação da revista humanizada na Casa de Detenção do Município de Cacoal?

Resposta: Não. Porque não tem os equipamentos necessários para fazer a segurança adequada.

2) Vossa Senhoria notou alguma mudança nos hábitos dos visitantes com a aplicação da revista humanizada tais como, o aumento de visitantes crianças e adolescentes?

Resposta: Sim. Houve um aumento no numero de visitantes.

3) Vossa Senhoria notou diminuição nas apreensões de objetos ilícitos na unidade prisional em questão com a aplicação da revista humanizada?

Resposta: Na verdade com a revista humanizada fez aumentar a coragem daqueles que não traziam, pois sabendo que não precisariam mais se despir, ficaria fácil de entrar com produtos ilícitos, e com isso, também aumentou a apreensão de objetos ilícitos.

4) Com a revista humanizada houve diminuição de reclamação dos visitantes com relação ao tratamento recebido pelos agentes penitenciários?

Resposta: Sim. Diminuiu.

5) A partir da revista humanizada os servidores se encontram mais a vontade no tratamento com os visitantes, haja vista a revista vexatória ser constrangedora também para os agentes penitenciários?

Resposta: Sim, por esse ponto as agentes e os agentes que fazem a revista ficaram mais á vontade.

.

Questionário elaborado por Antonio Marcos de Lima com a finalidade de coletar dados para o trabalho de conclusão do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, campus de Cacoal para resposta da:

Senhora Simone Andrea da Silva agente penitenciária lotada na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO.

1) Como era feita a antiga revista vexatória antes da adoção da revista humanizada nos visitantes do sexo feminino na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO?

Resposta: A visita tirava toda a roupa, agachava, nua, três vezes de frente e três vezes de costas, depois, vestia apenas a calcinha, passava pelo portal (detector de metal) e após sentava no banquinho, com a mesma finalidade. Vestiam-se e mostravam o chinelo, cabelo e boca.

2) Como é realizada a atual revista humanizada em visitantes do sexo feminino na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO?

Resposta: As visitantes usam roupas sem adereços de metal, desta forma, usa-se o detector portátil e também um portal, com a mesma finalidade, também é feito de forma manual a revista nos cabelos e chinelo.

3) Quais materiais mecânicos a Casa de Detenção do Município de Cacoal dispõe para fazer a revista humanizada nos visitantes do sexo feminino?

Resposta: Todos os aparelhos são detectores de metal, temos: portal, raquete e banquinho.

4) Na sua opinião a revista humanizada contribui para a entrada de materiais ilícitos na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO?

Resposta: Sim.

5) Com a atual revista os servidores se encontram mais a vontade no tratamento com os visitantes, haja vista a revista vexatória ser constrangedora também para os agentes penitenciários?

Resposta: Sim.

6) Na sua opinião a revista humanizada influencia na segurança dentro da unidade prisional em questão? Se sim de que forma?

Resposta: Sim. A visita é feita dentro das celas, desta forma não tem como conter “coisas” ilícitas que porventura o visitante leva para o visitado, já que, não possuímos aparelhos necessários para a contenção e a visita não é feita em local adequado, para que após seja realizado a revista íntima na pessoa presa, desta forma, a segurança fica comprometida, porque não tem como realizar revistas minuciosas em todos os pavilhões após o encerramento das visitas.



Questionário elaborado por Antonio Marcos de Lima com a finalidade de coletar dados para o trabalho de conclusão do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, campus de Cacoal para resposta do:

Senhor Valter Nogueira dos Santos agente penitenciário lotado na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO.

1) Como era feita a antiga revista vexatória nos visitantes do sexo masculino na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO?

Resposta: Em regra, pedia-se para o visitante que se despisse, em seguida para que se abaixasse por três vezes, logo após mostrasse a sola dos pés e o interior da boca, momento em que era realizada revista minuciosa em suas vestes.

2) Como é realizada a atual revista humanizada em visitantes do sexo masculino na unidade prisional em questão?

Resposta: Em regra, o visitante depois desta resolução não pode sofrer constrangimento, diante disso só é utilizado o detector de metais para as revistas.

3) Quais materiais mecânicos a Casa de Detenção do Município de Cacoal dispõe para fazer a revista humanizada nos visitantes do sexo masculino?

Resposta: detectores de metais manuais e detector de metal no formato banco (cadeira).

4) Na sua opinião a revista humanizada contribui para a entrada de materiais ilícitos na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO?

Resposta: Sim.

5) Com a atual revista os servidores se encontram mais a vontade no tratamento com os visitantes, haja vista a revista vexatória ser constrangedora também para os agentes penitenciários?

Resposta: Sim.

6) Na sua opinião a revista humanizada influencia na segurança dentro da unidade prisional em questão? Se sim de que forma?

Resposta: Sim, devido à falta de equipamentos capazes de identificar produtos ilícitos, o visitante ficou mais à vontade para transportá-los nas suas vestes e até mesmo no corpo, haja vista não podermos tocá-los.

Questionário elaborado por Antonio Marcos de Lima com a finalidade de coletar dados para o trabalho de conclusão do curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, campus de Cacoal para resposta do:

Senhora Inês Segovia da Silva visitante que participou das duas modalidades de revista na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO.

1) Como era feita a antiga revista vexatória nos visitantes do sexo feminino na Casa de Detenção do Município de Cacoal-RO.

Resposta: Tirávamos toda a roupa, depois vestia a calcinha sentávamos no banquinho, as agentes olhavam cabelos e boca. Não poderia entrar de sutiã se tivesse bordas de metal.

2) Como é realizada a atual revista humanizada em visitantes do sexo feminino na unidade prisional em questão.

Resposta: A pessoa entra na sala, passa pelo portal e depois as agentes passam o detector manual.

3) Se houve melhoria para o visitante com aplicação da revista humanizada.

Resposta: Sim, somos tratadas com mais respeito.

4) Se tem alguma sugestão para melhorar o tratamento entre agentes penitenciários e visitantes.

Resposta: Não. Se continuar assim tá ótimo.

5) Se já sofreu algum tipo de constrangimento na revista vexatória ou na atual revista humanizada.

Resposta: Não, nunca. Mas essa modalidade nova de revista é melhor para quem tem parentes preso e precisa visitá-lo.

